Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024 10

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 11

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 21

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024 24

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 25

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 26

Demonstração de Valor Adicionado 27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 29

Notas Explicativas 36

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 115

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 118

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	225.137.769.366
Preferenciais	0
Total	225.137.769.366
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	4.522.526	5.557.156	6.271.865
1.01	Ativo Circulante	512.120	485.679	352.097
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	100.192	105.865	66.726
1.01.02	Aplicações Financeiras	94	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	94	0	0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	94	0	0
1.01.03	Contas a Receber	30.521	29.645	27.007
1.01.03.01	Clientes	30.521	29.645	27.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.397	17.160	6.672
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.397	17.160	6.672
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.571	10.512	3.331
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	2.826	6.648	3.341
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	367.916	333.009	251.692
1.01.08.03	Outros	367.916	333.009	251.692
1.01.08.03.01	Dividendo e juros sobre capital próprio	347.367	327.157	240.411
1.01.08.03.03	Outros Créditos	20.549	5.852	11.281
1.02	Ativo Não Circulante	4.010.406	5.071.477	5.919.768
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.542	68.497	36.778
1.02.01.04	Contas a Receber	3.937	0	26.923
1.02.01.04.01	Clientes	3.937	0	26.923
1.02.01.07	Tributos Diferidos	45	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.563	8.178	9.702
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	7.563	8.178	9.702
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	27.997	60.319	153
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	8.086	1	1
1.02.01.10.04	Derivativos	0	59.161	0
1.02.01.10.07	Créditos Fiscais Diferidos	19.723	582	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10.08	Outros ativos	188	575	152
1.02.02	Investimentos	3.968.577	4.999.612	5.877.631
1.02.02.01	Participações Societárias	3.968.577	4.999.612	5.877.631
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.968.577	4.999.612	5.877.631
1.02.03	Imobilizado	1.216	1.389	1.210
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.216	392	61
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	997	1.149
1.02.04	Intangível	1.071	1.979	4.149
1.02.04.01	Intangíveis	1.071	1.979	4.149
1.02.04.01.02	Intangível	1.071	1.979	4.149

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	4.522.526	5.557.156	6.271.865
2.01	Passivo Circulante	426.476	815.603	1.156.627
2.01.02	Fornecedores	52.216	39.763	10.768
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.216	39.763	10.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.071	4.428	2.436
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.071	4.428	2.436
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.384	0	0
2.01.03.01.04	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	2.687	4.428	2.436
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.204	470.176	716.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	466.569	437.003
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	466.569	437.003
2.01.04.02	Debêntures	3.204	3.607	279.311
2.01.04.02.01	Debêntures	3.204	3.607	279.311
2.01.05	Outras Obrigações	346.985	301.236	427.109
2.01.05.02	Outros	346.985	301.236	427.109
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	334.229	292.840	375.207
2.01.05.02.05	Adiantamentos	7.194	3.810	1.856
2.01.05.02.06	Derivativos	0	0	45.478
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas com pessoal	926	988	1.040
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	4.636	3.598	3.528
2.02	Passivo Não Circulante	481.622	521.025	1.070.985
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	480.861	520.404	822.121
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	378.541
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	378.541
2.02.01.02	Debêntures	480.861	520.404	443.580
2.02.02	Outras Obrigações	761	621	25.102
2.02.02.02	Outros	761	621	25.102
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	0	124	97

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.04	Outros contas a Pagar	517	497	328
2.02.02.02.05	Derivativos	0	0	23.455
2.02.02.02.06	Fornecedores	244	0	1.017
2.02.02.02.07	Adiantamentos	0	0	205
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	223.762
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	223.762
2.03	Patrimônio Líquido	3.614.428	4.220.528	4.044.253
2.03.01	Capital Social Realizado	972.729	1.322.783	2.022.783
2.03.02	Reservas de Capital	106.520	106.096	105.802
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	-74.357	-74.651
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	106.520	180.453	180.453
2.03.04	Reservas de Lucros	2.439.671	2.693.432	1.805.131
2.03.04.01	Reserva Legal	194.546	337.143	337.143
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	452.230	455.464	663.116
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.014.713	1.039.268	0
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	778.182	861.557	804.872
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	95.508	98.217	110.537
2.03.08.01	Resultados Abrangentes Acumulados	95.508	98.217	110.537

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.777	299.382	258.587
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-57.287	-63.597	-86.308
3.02.01	Custo com energia elétrica	-48.786	-53.010	-73.512
3.02.02	Custo de operação	-8.501	-10.587	-12.796
3.03	Resultado Bruto	242.490	235.785	172.279
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.191.150	1.092.796	2.013.041
3.04.01	Despesas com Vendas	-117	30	-63
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.114	-17.392	-14.973
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-122	-27.978	669.984
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.208.503	1.138.136	1.358.093
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.433.640	1.328.581	2.185.320
3.06	Resultado Financeiro	-65.887	-155.033	-139.691
3.06.01	Receitas Financeiras	14.408	34.445	25.739
3.06.02	Despesas Financeiras	-80.295	-189.478	-165.430
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.367.753	1.173.548	2.045.629
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.837	-2.190	-2.651
3.08.01	Corrente	-35.051	-1.074	-9.602
3.08.02	Diferido	4.214	-1.116	6.951
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.336.916	1.171.358	2.042.978
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.336.916	1.171.358	2.042.978

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	1.336.916	1.171.358	2.042.978
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.762	1.212	3.288
4.02.01	Ganhos atuariais	1.762	1.212	3.288
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.338.678	1.172.570	2.046.266

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.222.783	1.151.011	1.341.913
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	233.802	217.347	167.171
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	1.453	1.271	3.592
6.01.01.02	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	0	0	7
6.01.01.03	Provisões para crédito de liquidação duvidosa	52	-38	63
6.01.01.04	Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	73.047	180.702	145.906
6.01.01.05	Perda (Ganho) com Plano de Pensão	0	0	85
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-1.208.503	-1.138.136	-1.358.094
6.01.01.09	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	1.367.753	1.173.548	2.045.628
6.01.01.10	Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios	0	0	-670.016
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	988.981	933.664	1.174.742
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-4.866	24.324	-20.829
6.01.02.02	Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.153.177	940.212	1.250.260
6.01.02.03	Tributos a Compensar	4.113	-3.135	1.530
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-7.871	0	0
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	-14.668	5.957	16.004
6.01.02.06	Fornecedores	12.697	27.978	3.381
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuições Social Pagos	-1.264	-9.981	-12.933
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-24.784	-33	-36
6.01.02.09	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-124	27	-41
6.01.02.10	Encargos de dívidas e debentures pagos	-131.806	-53.623	-65.786
6.01.02.13	Outros Passivos Operacionais	4.377	1.938	3.192
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.272	767.483	-56.705
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	0	0	-83.300
6.02.03	Aquisições de Imobilizado	0	-232	0
6.02.04	Titulos e Valores Mobiliários	-94	0	0
6.02.06	Adições de Intangível - outros	-13	0	-28
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	-252.100

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.11	Redução (Aumento) de capital em controladas em conjunto e por não controladores	0	765.244	266.606
6.02.12	Operações de mútuo com controladas e coligadas	1.379	2.471	62.581
6.02.13	Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	0	0	-50.464
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.229.728	-1.879.355	-1.301.151
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	482.000	0	867.181
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-379.620	-688.859	-271.242
6.03.04	Dividendo e Juros sobre Capital Próprios Pagos	-1.332.108	-375.207	-1.833.444
6.03.06	Liquidação de operações com derivativos	0	-115.289	-63.646
6.03.07	Aumento (redução) de capital	0	-700.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.673	39.139	-15.943
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	105.865	66.726	82.669
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	100.192	105.865	66.726

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.217	4.220.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.217	4.220.527
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-350.054	424	-250.526	-1.346.278	0	-1.946.434
5.04.08	Aprovação de dividendo proposto	0	0	-1.039.268	0	0	-1.039.268
5.04.09	Cisão transmissora de energia	-350.054	0	-225.971	13.076	0	-562.949
5.04.10	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-69.415	0	-69.415
5.04.11	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-275.226	0	-275.226
5.04.12	Dividendo adicional proposto	0	0	1.014.713	-1.014.713	0	0
5.04.13	Redução em reserva de capital	0	424	0	0	0	424
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.336.916	1.762	1.338.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.336.916	0	1.336.916
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.762	1.762
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.234	9.362	-4.471	1.657
5.06.04	Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	0	0	0	6.128	-4.471	1.657
5.06.05	Realização de Reserva de lucros a realizar	0	0	-3.234	3.234	0	0
5.07	Saldos Finais	972.729	106.520	2.439.671	0	95.508	3.614.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-700.000	294	1.039.268	-1.335.857	0	-996.295
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.000	0	-25.000
5.04.09	Ganho (Perda) de Capital sem alteração no controle	0	294	0	0	0	294
5.04.11	Aumento (redução) de capital	-700.000	0	0	0	0	-700.000
5.04.12	Dividendos adicionais propostos	0	0	1.039.268	-1.039.268	0	0
5.04.13	Dividendos mínimos obrigatórios propostos	0	0	0	-271.589	0	-271.589
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.171.358	1.212	1.172.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.171.358	0	1.171.358
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.212	1.212
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-150.968	164.499	-13.531	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	56.685	-56.685	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-207.653	207.653	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	0	0	0	13.531	-13.531	0
5.07	Saldos Finais	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.218	4.220.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	391	-1.170.400	-1.039.601	0	-2.209.610
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.170.400	-486.557	0	-1.656.957
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-553.044	0	-553.044
5.04.08	Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	0	391	0	0	0	391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.042.978	3.288	2.046.266
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.288	3.288
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	3.288	3.288
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.017.093	-1.003.377	-13.716	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.570.138	-1.570.138	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.716	-13.716	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-553.045	553.045	0	0
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	329.802	330.673	285.512
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	329.854	330.497	285.546
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	138	29
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-52	38	-63
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.590	-93.651	582.409
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-53.264	-58.409	-81.005
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.849	-6.733	-6.880
7.02.04	Outros	-477	-28.509	670.294
7.03	Valor Adicionado Bruto	266.212	237.022	867.921
7.04	Retenções	-1.453	42.110	-3.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.453	42.110	-3.593
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	264.759	279.132	864.328
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.223.613	1.130.879	1.385.064
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.208.503	1.094.754	1.358.093
7.06.02	Receitas Financeiras	15.110	36.125	26.971
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.488.372	1.410.011	2.249.392
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.488.372	1.410.011	2.249.392
7.08.01	Pessoal	10.495	15.499	13.697
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.728	10.863	10.430
7.08.01.02	Benefícios	4.233	4.063	2.689
7.08.01.03	F.G.T.S.	534	573	578
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.835	32.538	26.138
7.08.02.01	Federais	59.265	31.978	25.592
7.08.02.03	Municipais	570	560	546
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	81.126	190.616	166.580
7.08.03.01	Juros	80.251	189.430	165.420
7.08.03.02	Aluguéis	875	1.186	1.160
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.336.916	1.171.358	2.042.977

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	69.415	25.000	9.000
7.08.04.02	Dividendos	1.289.939	1.310.858	477.557
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.438	-164.500	1.556.420

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	14.769.894	16.762.375	17.494.091
1.01	Ativo Circulante	1.977.778	2.305.354	2.158.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	526.099	856.925	801.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	343.512	238.746	208.886
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	343.512	238.746	208.886
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	343.512	238.746	208.886
1.01.03	Contas a Receber	683.214	786.725	761.446
1.01.03.01	Clientes	683.214	786.725	761.446
1.01.04	Estoques	63.767	66.530	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	141.112	131.654	100.248
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	141.112	131.654	100.248
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	220.074	224.774	286.354
1.01.08.03	Outros	220.074	224.774	286.354
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital propio	19.025	7.517	1.515
1.01.08.03.03	Ativo financeiro da concessão	16.260	0	0
1.01.08.03.04	Outros	184.789	126.844	196.767
1.01.08.03.05	Ativo contratual	0	90.413	88.072
1.02	Ativo Não Circulante	12.792.116	14.457.021	15.336.073
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	646.212	1.806.897	1.653.056
1.02.01.04	Contas a Receber	19.926	9.393	38.379
1.02.01.04.01	Clientes	19.926	9.393	38.379
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	626.286	1.797.504	1.614.677
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	134.194	117.498	108.736
1.02.01.10.04	Tributos a compensar	99.705	86.075	108.232
1.02.01.10.05	Derivativos	2.126	64.871	15.908
1.02.01.10.06	Créditos Fiscais diferidos	215.019	261.353	197.115
1.02.01.10.07	Outros	175.242	198.423	151.228
1.02.01.10.09	Ativo contratual	0	1.069.284	1.033.458

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.02	Investimentos	537.858	472.008	576.812
1.02.02.01	Participações Societárias	537.858	472.008	576.812
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	537.858	472.008	576.812
1.02.03	Imobilizado	9.173.215	9.548.803	10.145.475
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.375.812	8.662.786	9.649.356
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	797.403	886.017	496.119
1.02.04	Intangível	2.434.831	2.629.313	2.960.730
1.02.04.01	Intangíveis	2.434.831	2.629.313	2.960.730
1.02.04.01.02	intangíveis	2.434.831	2.629.313	2.960.730

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	14.769.894	16.762.375	17.494.091
2.01	Passivo Circulante	2.536.563	5.815.574	3.160.858
2.01.02	Fornecedores	284.977	322.401	248.624
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	284.977	322.401	248.624
2.01.03	Obrigações Fiscais	455.312	494.088	425.258
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	455.312	494.088	425.258
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	395.498	432.826	362.792
2.01.03.01.04	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	59.814	61.262	62.466
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	140.317	867.574	1.070.050
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	133.727	863.141	626.184
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	75.894	532.191	80.171
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	57.833	330.950	546.013
2.01.04.02	Debêntures	6.590	4.433	443.866
2.01.04.02.02	Debêntures	6.590	4.433	443.866
2.01.05	Outras Obrigações	1.643.258	4.125.405	1.411.239
2.01.05.02	Outros	1.643.258	4.125.405	1.411.239
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	584.120	542.560	535.186
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	5.706	8.503	9.191
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	0	0	27.106
2.01.05.02.06	Derivativos	7.695	19.529	45.478
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas com pessoal	16.920	16.294	15.836
2.01.05.02.08	Coligadas, controladas e controladora	115.809	2.692.138	23.541
2.01.05.02.09	Uso do Bem Público	23.253	24.124	23.884
2.01.05.02.10	Ressarcimento	704.715	648.187	0
2.01.05.02.11	Outras contas a pagar	185.040	174.070	731.017
2.01.06	Provisões	12.699	6.106	5.687
2.01.06.02	Outras Provisões	12.699	6.106	5.687
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	12.699	6.106	5.687

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02	Passivo Não Circulante	5.215.775	3.299.788	6.256.412
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.363.952	1.367.964	1.792.077
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	569.813	657.560	1.348.497
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	569.813	613.831	633.015
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	43.729	715.482
2.02.01.02	Debêntures	794.139	710.404	443.580
2.02.02	Outras Obrigações	2.582.154	489.573	2.868.889
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	2.355.825
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	0	2.355.825
2.02.02.02	Outros	2.582.154	489.573	513.064
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	12.767	18.767	24.804
2.02.02.02.04	Uso do bem público	175.914	171.351	184.802
2.02.02.02.05	Outros contas a Pagar	104.950	246.050	215.831
2.02.02.02.06	Derivativos	0	0	33.410
2.02.02.02.07	Fornecedores	20.454	46.699	47.974
2.02.02.02.08	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	989	949	911
2.02.02.02.09	Imposto de renda e contribuição social a recolher	12.150	5.757	5.332
2.02.02.02.10	Mútuos com coligadas, controladas e controladora	2.104.917	0	0
2.02.02.02.11	Ressarcimento	150.013	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	869.751	968.726	1.124.628
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	869.751	968.726	1.124.628
2.02.04	Provisões	399.918	473.525	470.818
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	248.139	308.870	332.205
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	200.381	192.379	183.992
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.246	8.533	9.460
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	39.512	107.958	138.753
2.02.04.02	Outras Provisões	151.779	164.655	138.613
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	151.779	164.655	138.613

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.017.556	7.647.013	8.076.821
2.03.01	Capital Social Realizado	972.729	1.322.783	2.022.783
2.03.02	Reservas de Capital	106.519	106.096	105.802
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	-74.357	-74.651
2.03.02.07	Reserva de Capital	106.519	180.453	180.453
2.03.04	Reservas de Lucros	2.439.672	2.693.432	1.805.131
2.03.04.01	Reserva Legal	194.546	337.143	337.143
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	452.230	455.464	663.116
2.03.04.10	Reserva estatutária	778.183	861.557	0
2.03.04.11	Reserva de capital de giro	0	0	804.872
2.03.04.12	Dividendos	1.014.713	1.039.268	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	95.508	98.216	110.537
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.403.128	3.426.486	4.032.568

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.045.523	5.149.638	4.765.448
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.747.548	-1.663.988	-1.841.301
3.02.01	Custo com energia elétrica	-648.444	-547.754	-533.020
3.02.02	Custo de operação	-1.092.888	-1.046.530	-923.737
3.02.03	Custo de construção da infraestrutura de concessão	-6.216	-69.704	-384.544
3.03	Resultado Bruto	3.297.975	3.485.650	2.924.147
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-217.699	-521.966	742.749
3.04.01	Despesas com Vendas	-217	-220	-15.123
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-272.811	-300.532	-214.574
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-275.727	-536.123	483.715
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	331.056	314.909	488.731
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.080.276	2.963.684	3.666.896
3.06	Resultado Financeiro	-317.420	-568.707	-623.443
3.06.01	Receitas Financeiras	213.883	221.566	172.290
3.06.02	Despesas Financeiras	-531.303	-790.273	-795.733
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.762.856	2.394.977	3.043.453
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-601.395	-498.334	-284.866
3.08.01	Corrente	-608.149	-625.206	-370.287
3.08.02	Diferido	6.754	126.872	85.421
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.161.461	1.896.643	2.758.587
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.161.461	1.896.643	2.758.587
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.336.916	1.171.358	2.042.978
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	824.544	725.285	715.610
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,006	0,005	0,009
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,006	0,005	0,009

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.161.461	1.896.643	2.758.587
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.466	2.384	6.465
4.02.01	Ganhos atuariais	3.466	2.384	6.465
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.164.927	1.899.027	2.765.052
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.338.678	1.172.570	2.046.265
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	826.249	726.457	718.787

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.273.518	3.664.226	3.024.472
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.851.884	3.922.675	3.423.497
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	878.668	893.208	761.142
6.01.01.02	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	47.197	18.464	4.965
6.01.01.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	276	621	15.122
6.01.01.04	Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	445.597	688.575	715.429
6.01.01.05	Despesa com entidade de previdência privada	1.819	2.438	4.092
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-331.056	-314.909	-488.731
6.01.01.07	Perda (Ganho) na Baixa de não circulante	141.670	9.203	17.902
6.01.01.08	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	2.762.857	2.394.977	3.043.453
6.01.01.10	Pis e Cofins Diferidos	166	1.465	20.139
6.01.01.11	Outros	-95.310	228.633	0
6.01.01.13	Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios	0	0	-670.016
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-578.366	-258.449	-399.025
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	85.799	4.328	-50.175
6.01.02.02	Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	290.963	357.485	492.676
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-20.217	-3.570	-26.129
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-8.195	-2.720	-547
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	-28.777	141.225	-127.988
6.01.02.06	Fornecedores	-34.643	72.502	-74.301
6.01.02.07	Impostos de Renda e Contribuições Social Pagos	-621.632	-771.222	-299.430
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-11.709	-5.552	-8.907
6.01.02.09	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-7.312	117.377	-32.193
6.01.02.10	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-201.556	-118.582	-243.761
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	914	42.099	-1.006
6.01.02.12	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-113.566	-55.950	-3.864
6.01.02.13	Outros Passivos Operacionais	97.781	-1.759	365.687
6.01.02.14	Adições de ativo contratual em Curso	-6.216	-34.110	-389.087

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-603.953	-409.855	370.607
6.02.01	Aquisição e Integralização em participações Societárias	0	0	-50.464
6.02.02	Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-35.520	0	147.351
6.02.03	Aquisições de Imobilizado	-399.370	-441.493	-248.608
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários	-157.185	-16.730	265.284
6.02.06	Adições de Intangível - outros	-11.398	-4.976	-9.562
6.02.15	Redução de capital em controlada em conjunto	-480	53.344	266.606
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.000.391	-3.198.530	-2.937.108
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	674.515	270.000	1.242.441
6.03.02	Amortização de principal de Empréstimos e Debêntures	-783.959	-1.026.858	-1.496.487
6.03.04	Dividendo e Juros sobre Capital Próprios Pagos	-2.176.338	-924.731	-2.591.155
6.03.05	Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-696.867	25.786	-3.456
6.03.06	Aumento (Redução) de capital	0	-1.392.100	0
6.03.08	Liquidação de operações com derivativos	-17.742	-150.627	-88.451
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-330.826	55.841	457.971
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	856.925	801.084	343.114
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	526.099	856.925	801.085

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.217	4.220.527	3.426.486	7.647.013
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.217	4.220.527	3.426.486	7.647.013
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-350.054	424	-250.526	-1.346.278	0	-1.946.434	-851.051	-2.797.485
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-69.415	0	-69.415	0	-69.415
5.04.08	Redução em reserva de capital	0	424	0	0	0	424	410	834
5.04.09	Redução de capital sem alteração no controle	0	0	0	0	0	0	-4.077	-4.077
5.04.10	Dividendos distribuídos a não controladores	0	0	0	0	0	0	-847.384	-847.384
5.04.11	Cisão transmissoras de energia	-350.054	0	-225.971	13.076	0	-562.949	0	-562.949
5.04.12	Dividendo mínimos obrigatório	0	0	0	-275.226	0	-275.226	0	-275.226
5.04.13	Dividendos adicional proposto	0	0	1.014.713	-1.014.713	0	0	0	0
5.04.14	Aprovação de dividendo proposto	0	0	-1.039.268	0	0	-1.039.268	0	-1.039.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.336.916	1.762	1.338.678	826.248	2.164.926
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.336.916	0	1.336.916	824.544	2.161.460
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.762	1.762	1.704	3.466
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.234	9.362	-4.471	1.657	1.446	3.103
5.06.04	Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	0	0	0	6.128	-4.471	1.657	1.602	3.259
5.06.05	Outras Movimentações	0	0	0	0	0	0	-156	-156
5.06.06	Realização de reserva de lucros a realizar	0	0	-3.234	3.234	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	972.729	106.520	2.439.671	0	95.508	3.614.428	3.403.129	7.017.557

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253	4.032.568	8.076.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253	4.032.568	8.076.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-700.000	294	1.039.268	-1.335.857	0	-996.295	-1.333.976	-2.330.271
5.04.01	Aumentos de Capital	-700.000	0	0	0	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.000	0	-25.000	0	-25.000
5.04.09	Ganho (Perda) de capital sem alteração no controle	0	294	0	0	0	294	325	619
5.04.12	Aumento (redução) de capital	0	0	0	0	0	-700.000	-692.100	-1.392.100
5.04.14	Dividendos mínimos obrigatórios propostos	0	0	0	-271.589	0	-271.589	0	-271.589
5.04.15	Dividendos adicionais propostos	0	0	1.039.268	-1.039.268	0	0	-642.201	-642.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.171.358	1.212	1.172.570	726.456	1.899.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.171.358	0	1.171.358	725.285	1.896.643
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.212	1.212	1.171	2.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-150.968	164.499	-13.531	0	1.438	1.438
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	56.685	-56.685	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-207.653	207.653	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	13.531	-13.531	0	0	0
5.06.07	Outros	0	0	0	0	0	0	1.438	1.438
5.07	Saldos Finais	1.322.783	106.096	2.693.431	0	98.218	4.220.528	3.426.486	7.647.014

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	391	-1.170.400	-1.039.602	0	-2.209.611	275.254	-1.934.357
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.170.400	-486.557	0	-1.656.957	0	-1.656.957
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-553.045	0	-553.045	0	-553.045
5.04.08	Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	0	391	0	0	0	391	436	827
5.04.09	Combinação de negócios	0	0	0	0	0	0	1.017.013	1.017.013
5.04.10	Dividendos distribuído Dividendos distribuído a não controladoresa não controladores	0	0	0	0	0	0	-742.195	-742.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978	715.610	2.758.588
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978	715.610	2.758.588
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.017.092	-1.003.376	-10.428	3.288	3.178	6.466
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.570.137	-1.570.137	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.716	-13.716	0	0	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-553.045	553.045	0	0	0	0
5.06.05	Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	3.288	3.288	3.178	6.466
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.802	1.805.130	0	110.537	4.044.252	4.032.569	8.076.821

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	3.462.358	6.007.867	5.663.682
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.386.879	5.577.543	4.737.426
7.01.02	Outras Receitas	0	0	394.299
7.01.02.01	Receita relativa à contrução da infraestrutura de concessão	0	0	394.299
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	75.558	414.949	547.079
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-79	15.375	-15.122
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-734.715	-1.834.353	-1.191.838
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-469.977	-575.399	-560.817
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-200.127	-1.102.025	-1.191.391
7.02.04	Outros	-64.611	-156.929	560.370
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.727.643	4.173.514	4.471.844
7.04	Retenções	-325.754	-893.208	-764.338
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-325.754	-893.208	-764.338
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.401.889	3.280.306	3.707.506
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.026.917	535.544	665.032
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.933.397	314.009	488.730
7.06.02	Receitas Financeiras	93.520	221.535	176.302
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.428.806	3.815.850	4.372.538
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.428.806	3.815.850	4.372.538
7.08.01	Pessoal	107.171	149.675	146.883
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.416	114.422	114.368
7.08.01.02	Benefícios	22.809	25.670	23.678
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.946	9.583	8.837
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	843.325	943.802	641.239
7.08.02.01	Federais	841.840	942.395	638.875
7.08.02.02	Estaduais	844	805	1.602
7.08.02.03	Municipais	641	602	762
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	481.008	825.730	825.829

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03.01	Juros	475.935	788.396	789.065
7.08.03.02	Aluguéis	5.073	37.334	36.764
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.997.302	1.896.643	2.758.587
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	69.415	25.000	9.000
7.08.04.02	Dividendos	-642.962	1.310.858	477.557
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.570.849	560.785	2.272.030

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A CPFL Geração é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia e com participação no capital social de outras Companhias, sendo a *holding* dos ativos de geração do grupo CPFL Energia, com participações em grandes empreendimentos hidrelétricos e duas usinas térmicas, além de deter 50,85% da CPFL Renováveis (em conjunto com a CPFL Energia, detêm 100%).

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se as expectativas para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

cpfl geração

cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa "Minha Casa, Minha Vida", ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em 2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bilaterais e do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

O ano de 2024 foi marcado por uma melhor performance de nossos parques eólicos em relação a 2023. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 94,7%, e contribuiu para o resultado do ano, e a geração eólica cresceu 1,8%. Apesar do impacto nas condições estruturais do sistema obrigaram o ONS a restringir a geração de parques eólicos, o que afetou a energia gerada no ano. O cenário hidrológico impactou negativamente as nossas UHEs e PCHs, resultando em uma redução de 22,2% e 27,5% na vazão, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, a capacidade instalada do segmento de Geração do grupo CPFL totalizava 4.226 MW, compreendendo 8 usinas hidrelétricas (1.996 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 4 usinas termelétricas a biomassa (185 MW), 2 UTEs (182 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e finalizamos a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação comercial em janeiro de 2025.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R$ 5.508 milhões em 2024, representando uma redução de 1,9% (R$ 106 milhões). As deduções da receita operacional foram de R$ 463 milhões em 2024, representando uma redução de 0,4% (R$ 2 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A receita operacional líquida foi de R$ 5.046 milhões em 2024, representando uma redução de 2,0% (R$ 104 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): O EBITDA, foi de R$ 3.959 milhões em 2024, representando um aumento de 2,6% (R$ 102 milhões), devido à redução de R$ 227 milhões no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). O PMSO foi impactado por itens extraordinários: (i) efeito negativo de R$ 334 milhões em 2023 referente à nova avaliação do valor contábil de ativos da Companhia; (ii) efeito positivo de R$ 56 milhões em 2024 referente à nova avaliação do valor contábil de ativos da Companhia; (iii) eventos climáticos no Rio Grande do Sul na Ceran (R$ 11 milhões) decorrente de serviços de limpeza e infraestrutura, entre outros compensado pelo recebimento do seguro de Monte Claro no montante de R$ 18 milhões (R$ 8 milhões); e baixa de ativos danificados (R$ 3 milhões).

O restante da variação do PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 0,3% (R$ 0,5 milhão) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 25,4% (R$ 0,6 milhão) nas despesas com entidade de previdência privada;
- ✓ Redução de 8,5% (R$ 4 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 7,6% (R$ 22 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; e
- ✓ Aumento de 97,7% (R$ 134 milhões) em outros custos operacionais.

Também contribuiu para o aumento do EBITDA a alta de 5,1% (R$ 16 milhões) na equivalência patrimonial. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 2,0% (R$ 104 milhões) na receita operacional líquida.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*

	2024	2023
Lucro Líquido	**2.161.461**	**1.896.643**
Depreciação e Amortização	878.668	893.208
Amortização Mais Valia de Ativos	329	577
Resultado Financeiro	317.419	568.707
Contribuição Social	162.423	138.583
Imposto de Renda	438.973	359.751
EBITDA*	**3.959.273**	**3.857.469**

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Geração apurou lucro líquido de R$ 2.161 milhões em 2024, representando um aumento de 14,0% (R$ 265 milhões), refletindo as seguintes variações: (i) aumento de 2,6% (R$ 102 milhões) no EBITDA, (ii) redução de 44,2% (R$ 251 milhões) nas despesas financeiras líquidas; e (iii) redução de 1,6% (R$ 15 milhões) nas depreciações e amortizações. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 20,7% (R$ 103 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento: no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R$ 3.714 milhões, uma redução de 23,9%.

5. Investimentos

Em 2024, foram investidos R$ 411 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24 em janeiro de 2025. Mais informações em: https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Tema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: **(i)** desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; **(ii)** treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; **(iii)** apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, **(iv)** monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns

executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente e um processo robusto de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2024, temos como principal destaque a ampliação do escopo da certificação ISO 37001 para Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção, o que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Tivemos ainda a atualização da matriz de riscos de Compliance, aplicação da segunda edição da pesquisa de maturidade do programa de integridade, desenvolvemos e implementamos o procedimento de doações e atualizamos e robustecemos o procedimento de conflito de interesses. O Programa contou ainda com um robusto plano de treinamentos para 2024 atingindo principalmente o público operacional, bem como treinamentos conduzidos em parceria com CPFL+Diversa e CIPA. Em 2024 tivemos a celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Santos/SP, com a presença do jornalista esportivo Felipe Andreoli e um treinamento focado para liderança ministrado pelo professor doutor Alexandre Di Micelli. Contamos também com o lançamento da campanha de comunicação "integridade é prioridade" e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Relacionamento com agentes público e boas práticas em ano eleitoral", além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, em 2024 destacam-se:

(i) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional): foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente impactou 835 mil espectadores; **(ii) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube e 23 milhões de visualizações em ações digitais.

Gestão de Recursos Humanos: em 2024, treinamos 24 colaboradores. Foram 383 horas treinadas.

Rede de Valor: em 2024, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 121 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de *covenants* financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Notas Explicativas

CPFL Geração de Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas

Sumário

Balanço Patrimonial ... 3
Demonstração do resultado ... 5
Demonstração do resultado abrangente ... 6
Demonstração das mutações no patrimônio líquido abrangente ... 7
Demonstração dos fluxos de caixa no patrimônio líquido abrangente ... 8
Demonstração do valor adicionado ... 9
(1) CONTEXTO OPERACIONAL ... 10
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ... 13
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ... 15
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO ... 27
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ... 27
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ... 28
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS ... 28
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR ... 29
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS ... 30
(10) ATIVO CONTRATUAL ... 33
(11) OUTROS ATIVOS ... 33
(12) INVESTIMENTOS ... 34
(13) IMOBILIZADO ... 39
(14) INTANGÍVEL ... 40
(15) FORNECEDORES ... 41
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ... 42
(17) DEBÊNTURES ... 47
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ... 50
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER ... 55
(20) PROVISÕES ... 56
(21) USO DO BEM PÚBLICO ... 59
(22) RESSARCIMENTO ... 59
(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR ... 60
(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO ... 60
(25) LUCRO POR AÇÃO ... 62
(26) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA ... 62
(27) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA ... 63
(28) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS ... 64
(29) RESULTADO FINANCEIRO ... 66
(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS ... 66
(31) SEGUROS ... 69
(32) GESTÃO DE RISCOS ... 69
(33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS ... 72
(34) COMPROMISSOS ... 78

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	100.192	105.865	526.099	856.925
Títulos e valores mobiliários	6	94	-	343.512	238.746
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	30.521	29.645	683.214	786.725
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12	347.367	327.157	19.025	7.517
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	10.571	10.512	40.938	38.333
Outros tributos a compensar	8	2.826	6.648	100.174	93.321
Derivativos	33	-	-	16.260	-
Ativo contratual	10	-	-	-	90.413
Estoque		-	-	63.767	66.530
Outros ativos	11	20.549	5.852	184.789	126.844
Total do circulante		**512.120**	**485.679**	**1.977.778**	**2.305.354**
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	3.937	-	19.926	9.393
Coligadas, controladas e controladora	30	7.563	8.178	-	-
Depósitos judiciais	20	8.086	1	134.194	117.498
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	45	-	96.163	80.667
Outros tributos a compensar	8	-	-	3.542	5.408
Derivativos	33	-	59.161	2.126	64.871
Créditos fiscais diferidos	9	19.723	582	215.019	261.353
Outros ativos	11	188	575	175.242	198.423
Investimentos	12	3.968.577	4.999.612	537.858	472.008
Imobilizado	13	1.216	1.389	9.173.215	9.548.803
Ativo contratual	10	-	-	-	1.069.284
Intangível	14	1.071	1.979	2.434.831	2.629.313
Total do não circulante		**4.010.406**	**5.071.477**	**12.792.116**	**14.457.021**
Total do ativo		**4.522.526**	**5.557.156**	**14.769.894**	**16.762.375**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	52.216	39.763	284.977	322.401
Empréstimos e financiamentos	16	-	466.569	133.727	863.141
Debêntures	17	3.204	3.607	6.590	4.433
Entidade de previdência privada	18	-	-	5.706	8.503
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	21.384	-	395.498	432.826
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	2.688	4.428	59.814	61.262
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	30	-	-	115.809	2.692.138
Dividendos e juros sobre capital próprio	24.5	334.229	292.840	584.120	542.560
Obrigações estimadas com pessoal		926	988	16.920	16.294
Provisões	20	-	-	12.699	6.106
Derivativos	33	-	-	7.695	19.529
Uso do bem público	21	-	-	23.253	24.124
Ressarcimento	22	7.194	3.810	704.715	648.187
Outras contas a pagar	23	4.636	3.599	185.040	174.070
Total do circulante		**426.476**	**815.604**	**2.536.563**	**5.815.574**
Não circulante					
Fornecedores	15	244	-	20.454	46.699
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	569.813	657.560
Debêntures	17	480.861	520.404	794.139	710.404
Entidade de previdência privada	18	-	124	12.767	18.767
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	12.150	5.757
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	989	949
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	869.751	968.726
Provisões	20	-	-	399.918	473.525
Uso do bem público	21	-	-	175.914	171.351
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		-	-	2.104.917	-
Ressarcimento	22	-	-	150.013	142.817
Outras contas a pagar	23	518	497	104.950	103.233
Total do não circulante		**481.623**	**521.025**	**5.215.775**	**3.299.788**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		972.729	1.322.783	972.729	1.322.783
Reserva de capital		106.520	106.096	106.520	106.096
Reserva de lucros		1.424.958	1.654.163	1.424.958	1.654.163
Dividendos		1.014.713	1.039.268	1.014.713	1.039.268
Resultado abrangente acumulado		95.508	98.217	95.508	98.217
		3.614.428	**4.220.527**	**3.614.428**	**4.220.527**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	3.403.128	3.426.486
Total do patrimônio líquido		**3.614.428**	**4.220.527**	**7.017.556**	**7.647.013**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.522.526**	**5.557.156**	**14.769.894**	**16.762.375**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	26	**299.777**	**299.382**	**5.045.523**	**5.149.638**
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	27	**(48.786)**	**(53.010)**	**(648.444)**	**(547.754)**
Custo com operação		**(8.501)**	**(10.587)**	**(1.092.888)**	**(1.046.530)**
Depreciação e amortização		(82)	-	(673.386)	(675.715)
Outros custos com operação	28	(8.419)	(10.587)	(419.502)	(370.815)
Custo com serviço de terceiros	**28**	**-**	**-**	**(6.216)**	**(69.704)**
Lucro operacional bruto		**242.490**	**235.785**	**3.297.975**	**3.485.650**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		**(117)**	**30**	**(217)**	**(220)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(52)	38	(276)	(166)
Outras despesas com vendas	28	(65)	(8)	59	(54)
Despesas gerais e administrativas		**(17.114)**	**(17.392)**	**(272.811)**	**(300.532)**
Depreciação e amortização		(1.371)	(1.271)	(16.026)	(15.280)
Outras despesas gerais e administrativas	28	(15.743)	(16.121)	(256.785)	(285.252)
Outras despesas operacionais		**(122)**	**(27.978)**	**(275.727)**	**(536.123)**
Amortização de intangível de concessão		-	-	(189.256)	(202.213)
Outras despesas operacionais	28	(122)	(27.978)	(86.471)	(333.910)
Resultado do serviço		**225.137**	**190.445**	**2.749.220**	**2.648.775**
Resultado de participações societárias	12	**1.208.503**	**1.138.136**	**331.056**	**314.909**
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		14.408	34.445	213.883	221.566
Despesas financeiras		(80.295)	(189.478)	(531.303)	(790.273)
		(65.887)	**(155.033)**	**(317.420)**	**(568.707)**
Lucro antes dos tributos		**1.367.753**	**1.173.548**	**2.762.857**	**2.394.977**
Contribuição social	9	(8.090)	(967)	(162.423)	(138.583)
Imposto de renda	9	(22.747)	(1.223)	(438.973)	(359.751)
		(30.837)	**(2.190)**	**(601.396)**	**(498.334)**
Lucro líquido do exercício		**1.336.916**	**1.171.358**	**2.161.461**	**1.896.643**
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	25	1.336.916	1.171.358	1.336.916	1.171.358
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	824.544	725.285
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - (R$)		-	-	0,006	0,005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	**1.336.916**	**1.171.358**	**2.161.461**	**1.896.643**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia	1.762	1.212	3.466	2.384
Resultado abrangente do exercício	**1.338.678**	**1.172.570**	**2.164.927**	**1.899.027**
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	1.338.678	1.172.570	1.338.678	1.172.570
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	826.249	726.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora										Consolidado	
			Reserva de Lucros				Resultado Abrangente					
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva estatutária / Reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.022.783**	**105.802**	**337.143**	**804.872**	**663.117**	**-**	**134.759**	**(24.223)**	**-**	**4.044.252**	**4.032.568**	**8.076.820**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.212**	**1.171.358**	**1.172.570**	**726.456**	**1.899.026**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.171.358	1.171.358	725.285	1.896.643
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.212	-	1.212	1.171	2.383
Mutações internas do patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**56.685**	**(207.653)**	**-**	**(13.532)**	**-**	**164.501**	**-**	**1.438**	**1.438**
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(13.532)	-	**13.532**	-	-	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(207.653)	-	-	-	207.653	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	56.685		-	-	-	(56.685)	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.438	1.438
Transações de capital com os acionistas	**(700.000)**	**294**	**-**	**-**	**-**	**1.039.268**	**-**	**-**	**(1.335.857)**	**(996.295)**	**(1.333.976)**	**(2.330.271)**
Aumento (redução) de capital	(700.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(700.000)	(692.100)	(1.392.100)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)	-	(25.000)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(271.589)	(271.589)	-	(271.589)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	1.039.268	-	-	(1.039.268)	-	(642.201)	(642.201)
Ganho (perda) participação sem alteração no controle	-	294	-	-	-	-	-	-	-	294	325	619
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.322.783**	**106.096**	**337.143**	**861.557**	**455.464**	**1.039.268**	**121.227**	**(23.010)**	**-**	**4.220.527**	**3.426.486**	**7.647.013**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.762**	**1.336.916**	**1.338.678**	**826.248**	**2.164.926**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.336.916	1.336.916	824.544	2.161.460
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.762	-	1.762	1.704	3.466
Mutações internas do patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.234)**	**-**	**(4.471)**	**-**	**9.362**	**1.657**	**1.446**	**3.103**
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(4.471)	-	6.128	1.657	1.602	3.259
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(3.234)	-	-	-	3.234	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(156)	(156)
Transações de capital com os acionistas	**(350.054)**	**424**	**(142.597)**	**(83.374)**	**-**	**(24.556)**	**-**	**-**	**(1.346.278)**	**(1.946.435)**	**(851.051)**	**(2.797.485)**
Redução de capital sem alteração no controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.077)	(4.077)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.415)	(69.415)	-	(69.415)
Dividendo mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(275.226)	(275.226)	-	(275.226)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	1.014.713	-	-	(1.014.713)	-	-	-
Aprovação de dividendo proposto	-	-	-	-	-	(1.039.268)	-	-	-	(1.039.268)	-	(1.039.268)
Redução em reserva de capital	-	424	-	-	-	-	-	-	-	424	410	834
Cisão transmissoras de energia	(350.054)		(142.597)	(83.374)	-	-	-	-	13.076	(562.949)	-	(562.949)
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(847.384)	(847.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**972.729**	**106.520**	**194.546**	**778.183**	**452.230**	**1.014.713**	**116.756**	**(21.248)**	**-**	**3.614.428**	**3.403.129**	**7.017.556**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos tributos	**1.367.753**	**1.173.548**	**2.762.857**	**2.394.977**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	1.453	1.271	878.668	893.208
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	47.197	18.464
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52	(38)	276	621
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	73.047	180.702	445.597	688.575
Despesa com entidade de previdência privada	-	-	1.819	2.438
Resultado de participações societárias	(1.208.503)	(1.138.136)	(331.056)	(314.909)
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	-	-	141.670	9.203
PIS e COFINS diferidos	-	-	166	1.465
Outros	-	-	(95.310)	228.633
	233.802	**217.347**	**3.851.884**	**3.922.675**
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(4.866)	24.324	85.799	4.328
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	1.153.177	940.212	290.963	357.485
Tributos a compensar	4.113	(3.135)	(20.217)	(3.570)
Depósitos judiciais	(7.871)	-	(8.195)	(2.720)
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(6.216)	(34.110)
Outros ativos operacionais	(14.668)	5.957	(28.777)	141.225
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	12.697	27.978	(34.643)	72.502
Outros tributos e contribuições sociais	(24.784)	(33)	(7.312)	117.377
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(124)	27	(11.709)	(5.552)
Taxas regulamentares	-	-	914	42.099
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-	-	(113.566)	(55.950)
Outros passivos operacionais	4.377	1.938	97.781	(1.759)
Caixa líquido gerado pelas operações	**1.355.853**	**1.214.615**	**4.096.706**	**4.554.030**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(131.806)	(53.623)	(201.556)	(118.582)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.264)	(9.981)	(621.632)	(771.222)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.222.783**	**1.151.011**	**3.273.518**	**3.664.226**
Atividades de investimentos				
Redução de capital em subsidiárias	-	765.244	(480)	53.344
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	(35.520)	-
Aquisições de imobilizado	-	(232)	(399.370)	(441.493)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(94)	-	(271.547)	(81.897)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	114.362	65.167
Adições de Intangível	(13)	-	(11.398)	(4.976)
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(9.073)	(3.436)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	10.452	5.907	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**1.272**	**767.483**	**(603.953)**	**(409.855)**
Atividades de financiamentos				
Redução de Capital	-	(700.000)	-	(1.392.100)
Captação de empréstimos e debêntures	482.000	-	674.515	270.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(379.620)	(688.859)	(783.959)	(1.026.858)
Liquidação de operações de derivativos	-	(115.289)	(17.742)	(150.627)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.332.108)	(375.207)	(2.176.338)	(924.731)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	118.841	56.007
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	(815.708)	(30.221)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(1.229.728)**	**(1.879.355)**	**(3.000.391)**	**(3.198.530)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.673)	39.139	(330.826)	55.841
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	105.865	66.726	856.925	801.084
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**100.192**	**105.865**	**526.099**	**856.925**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
1 - Receita	**329.802**	**330.673**	**3.462.358**	**6.007.867**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	329.854	330.497	3.386.879	5.577.543
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	-	138	75.558	414.949
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52)	38	(79)	15.375
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	**(63.590)**	**(93.650)**	**(734.715)**	**(1.834.352)**
2.1 Custo com energia elétrica	(53.264)	(58.409)	(469.977)	(575.399)
2.2 Material	(315)	(494)	(52.034)	(473.995)
2.3 Serviços de terceiros	(9.534)	(6.239)	(148.093)	(628.030)
2.4 Outros	(477)	(28.508)	(64.611)	(156.929)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**266.212**	**237.022**	**2.727.643**	**4.173.515**
4 - Retenções	**(1.453)**	**42.110**	**(325.754)**	**(893.208)**
4.1 Depreciação e amortização	(1.453)	(1.271)	(261.323)	(690.995)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	43.381	(64.431)	(202.213)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	264.759	279.132	2.401.889	3.280.307
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**1.223.613**	**1.130.879**	**2.026.917**	**535.544**
6.1 Receitas financeiras	15.110	36.125	93.520	221.535
6.2 Equivalência patrimonial	1.208.503	1.094.755	1.933.397	314.009
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**1.488.372**	**1.410.012**	**4.428.806**	**3.815.850**
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	**10.495**	**15.499**	**107.171**	**149.675**
8.1.1 Remuneração direta	5.728	10.863	74.416	114.422
8.1.2 Benefícios	4.233	4.063	22.809	25.670
8.1.3 FGTS	534	573	9.946	9.583
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**59.835**	**32.539**	**843.325**	**943.802**
8.2.1 Federais	59.265	31.978	841.840	942.395
8.2.2 Estaduais	-	-	844	805
8.2.3 Municipais	570	560	641	602
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**81.126**	**190.616**	**481.008**	**825.730**
8.3.1 Juros	80.251	189.430	475.935	788.396
8.3.2 Aluguéis	875	1.186	5.073	37.334
8.4 Remuneração de capital próprio	**1.336.916**	**1.171.358**	**2.997.302**	**1.896.643**
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	69.415	25.000	69.415	25.000
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.289.939	1.310.858	(642.962)	1.310.858
8.4.3 Lucros retidos	(22.438)	(164.500)	3.570.849	560.785
	1.488.372	**1.410.012**	**4.428.806**	**3.815.850**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia e com participação no capital social de outras Companhias. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

a) Empresas consolidadas – Controladas

Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN"): controlada com participação de 52,12%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos da usina Campos Novos ("UHE Campos Novos"), localizada no Rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada prevista é de 880 MW.

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN"): controlada com participação de 65%, a CERAN, sociedade por ações de capital fechado, tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 360 MW.

CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"): controlada com participação de 50,85%, a CPFL Renováveis possui operação nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, e tem como principais atividades: i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis; ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2024, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 117 empreendimentos com 4,25 GW de capacidade instalada (4,19 GW em operação).

b) Empreendimentos controlados em conjunto

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"): controlado em conjunto com participação de 53,34%, a EPASA tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste", ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada.

Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense"): controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW.

1.1 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da subsidiária CPFL Renováveis sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- Geração hídrica: o período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE.

Notas Explicativas

As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização (“TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF").

- Geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;

- Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;

1.2 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, o Grupo CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo CPFL realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo;
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia;
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025[1], reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

[1] Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

1.3 Impactos climáticos - enchentes do Rio Grande do Sul

As enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul marcaram a história do estado. Um sistema atmosférico de alta pressão se instalou sobre a região Sul do Brasil, impedindo a circulação de ar úmido e causando chuvas persistentes. O fenômeno climático El Niño também contribuiu para o aumento das precipitações na região.

Cerca de 90% do território gaúcho foi afetado, com danos à infraestrutura, agricultura e ao comércio, resultando em perdas expressivas.

A CPFL Geração foi impactada através de sua subsidiária Ceran. Os valores divulgados nestas demonstrações financeiras foram determinados com base nas melhores estimativas da Administração.

Os principais efeitos referem-se à baixa de ativos danificados, aquisição e/ou construção de novos ativos e serviços de recuperação dos locais afetados. Os respectivos impactos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período estão apresentados a seguir.

Ceran

A controlada Ceran teve duas de suas três usinas impactadas pelas fortes chuvas: a usina 14 de Julho, que teve um rompimento parcial de sua barragem e a usina Monte Claro, cuja casa de força foi inundada.

A Usina 14 de Julho concluiu a recuperação parcial de sua barragem, com previsão de conclusão total para março de 2025. Em dezembro de 2024, a operação da usina retornou à normalidade.

Quanto à Usina Monte Claro, a casa de força foi recuperada, e a unidade geradora 2 voltou a operar após uma modernização concluída em dezembro de 2024. Já a unidade geradora 1 tem sua modernização prevista para ser finalizada em fevereiro de 2025.

Baixa de ativos e despesas incorridas

Como resultado do evento, a Ceran reconheceu no resultado de 2024 o montante de R$ 29.209, referente às (i) baixas dos ativos danificados, principalmente relacionados à crista da barragem e linha de transmissão da usina 14 de Julho, (ii) despesas relacionadas à usina Monte Claro, que compreendem a substituição de ativos impactados e serviços de limpeza, secagem, montagem e desmontagem para que os equipamentos que não foram substituídos possam voltar a operar, e (iii) despesas referente aos serviços de manutenção e limpeza das estradas que dão acesso às duas usinas.

Em contrapartida, a controlada possui apólice de seguro para parte dos gastos relacionados ao evento e está em fase final de negociação junto à seguradora, com base nas apólices vigentes, para avaliação dos montantes de cobertura e respectivos ressarcimentos. Até o momento, a controlada registrou R$ 18.000 referente aos adiantamentos recebidos e/ou aprovados pela seguradora. Em razão do processo de avaliação do sinistro ainda estar em andamento, permanecem em discussão os demais pleitos a serem reconhecidos pela seguradora.

1.4 Reestruturações societárias

Como parte de processo de reestruturação societária do grupo CPFL, em 26 de abril de 2024 a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial de seu acervo líquido, composto pelos seus investimentos nas empresas CPFL Piracicaba, CPFL Morro Agudo, CPFL Maracanaú, CPFL Sul I, CPFL Sul II (em conjunto denominadas “Transmissoras”) no valor de R$ 1.095.653 e dívidas relacionadas aos respectivos investimentos, no valor de R$ 519.628. O valor do acervo líquido cindido correspondente a R$ 576.025 foi incorporado pela controladora CPFL Energia. Na mesma data, em Assembleia Geral e Extraordinária da CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”), foi aprovado o aumento de capital na CPFL Brasil no valor de R$ 576.025, oriundo do aporte pela CPFL Energia do acervo líquido incorporado em decorrência da Cisão Parcial da CPFL Geração. Tal cisão foi efetuada com base nos saldos de 31 de março de 2024.

Esta operação foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 27 de fevereiro de 2024, por meio do Despacho nº 538/2024, bem como aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas.

O acervo líquido foi assegurado por Laudo de Avaliação preparado por empresa especializada independente, com data-base 31 de dezembro de 2023. A reestruturação societária foi realizada com o objetivo de racionalizar a atual estrutura societária do Grupo CPFL, otimizando custos administrativos e operacionais, e melhoria da sinergia.

O acervo líquido das Transmissoras, apurado na data-base 31 de dezembro de 2023, está demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Ativo	R$ mil	Passivo	R$ mil
Disponibilidade	41.047	Fornecedores	39.974
Consumidores, Concess. e Permissionárias	6.209	Encargos de debêntures	3.607
Títulos e Valores Mobiliários	30.273	Empréstimos e Financiamentos	1.525
Estoques	1.806	Outros imp., taxas e contribuições	1.248
Ativo contratual	90.415	Imp. de renda e cont. social a pagar	1.725
Outros Créditos	4.545	Empréstimos e Financiamentos	37.914
Outros Tributos a compensar	1.190	Debêntures	516.021
Derivativos	23.607	Débitos Fiscais Diferidos	88.695
Ativo contratual	1.069.300	Outras Contas a Pagar	1.658
Total Ativo	**1.268.392**	**Total Passivo**	**692.367**
Acervo Líquido Contábil	**576.025**		

O acervo cindido do Patrimônio Líquido da Companhia, de R$ 576.025, é composto pelos seguintes saldos:

Acervo cindido	31/12/2023
Capital Social	350.055
Reserva Legal	142.597
Reserva de Lucros	83.373
Total	**576.025**

Em decorrência dessa transação, o Capital Social da Companhia passou de R$ 1.322.783 para R$ 972.729, dividido em 225.137.769.366 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

A variação do acervo líquido entre a data-base do laudo (31 de dezembro de 2023) e a data-base da cisão (31 de março de 2024) das Transmissoras, cindidas pela Companhia, está demonstrado abaixo:

	31/12/2023	Variação	31/03/2024
Acervo Líquido	576.025	(13.075)	562.950

1.5 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, o consolidado apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 558.785 sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar eventuais necessidades de caixa. O Grupo tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (*"IFRS" – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"),

quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 17 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 33 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Outros ativos (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 33 – Instrumentos financeiros – derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e,

dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (hídrica, biomassa, eólica e solar). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela BAESA (investimento indireto), Chapecoense e EPASA, que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis e ENERCAN.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas Explicativas

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 33). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

– como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

– os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

– como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

– a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

(ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 33.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de "resultado de participações societárias" em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como ativo imobilizado e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como "amortização de imobilizado em outras despesas operacionais.

3.5 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio ("goodwill") resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de "resultado de participações societárias" em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como "amortização de intangível de concessão" em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir: i) adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente; ii) uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável *("impairment")*

Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes

são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda *("PD" - Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento *("EAD" - Exposure At Default)* e a perda dada pela inadimplência ("*LGD" - Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

(i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

(ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre o capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omisso, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciam nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de

crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na obrigação de desempenho que é atendida com base no valor da energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita aplicada sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.11 Imposto de renda e Contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins

contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.14 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido

se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.15 Base de Consolidação

i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

ii) Controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas o registro é no momento da aquisição da participação.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados

os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.

iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, a Companhia levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre as cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Notas Explicativas

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Baseada em uma análise preliminar, a companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento.

(c) Alterações ao CPC 18 (R3) - investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - contratos que referenciam energia provenientes de fontes renováveis

A alteração visa esclarecer situações em que os contratos de energia renovável podem ser aplicados/interpretados como instrumentos de hedge. A norma exige a aplicação a contratos para compra ou venda de itens não financeiros que possam ser liquidados em dinheiro ou outros instrumentos financeiros, com exceção para contratos que foram firmados e continuam a serem mantidos com o propósito de realmente

receber ou entregar o item não financeiro de acordo com as necessidades operacionais da entidade (referindo-se a contratos que têm a intenção de entrega física do item não financeiro). Esta alteração entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026.

Neste viés, contanto que seus contratos de venda visem a entrega de energia e mantenham os preços definidos em contrato, e/ou os de compra para manter o lastro e cumprir contratos de venda já firmados, a Companhia poderia continuar a contabilizar esses contratos como contratos de compra e venda normais.

Assim, com base nas análises preliminares realizadas pela Companhia, não se esperam impactos para a Companhia decorrentes destas alterações.

Notas Explicativas

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 33) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos bancários	135	84	20.329	11.467
Aplicações financeiras	100.057	105.781	505.770	845.458
Aplicações de curtíssimo prazo (a)	-	-	-	1.979
Títulos de crédito privado (b)	-	105.781	238.447	699.188
Operações compromissadas em debêntures (b)	100.050	-	240.606	-
Fundos de investimento (c)	7	-	26.717	144.291
Total	**100.192**	**105.865**	**526.099**	**856.925**

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (15% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).

b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 101,43% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 86,81% para Operações Compromissadas (102,93% do CDI para CDB e 91,36% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2023).

c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e operações compromissadas lastreadas em títulos de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2024	2023
Títulos e valores mobiliários		
Através de fundos de investimentos (a)	343.512	238.746
Total	**343.512**	**238.746**

a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	Vencidos			Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	> 90 dias	2024	2023
Circulante					
Operações realizadas CCEE	1.836	4.168	28	6.032	1.634
Concessionárias e permissionárias	-	-	24.020	24.020	27.727
Outros	539	-	-	539	313
	2.375	**4.168**	**24.048**	**30.591**	**29.674**
PECLD				(70)	(29)
Total	**-**	**-**	**-**	**30.521**	**29.645**
Não Circulante					
Operações realizadas CCEE	3.937	-	-	3.937	-
Total	**3.937**	**-**	**-**	**3.937**	**-**

	Consolidado				
	Vencidos			Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	> 90 dias	2024	2023
Circulante					
Operações realizadas CCEE	79.721	4.168	1.568	85.457	93.220
Concessionárias e permissionárias	575.838	201	24.508	600.547	693.737
Outros	794	-	-	795	225
	656.353	**4.369**	**26.076**	**686.799**	**787.182**
PECLD	-	-	-	(3.585)	(457)
Total	**-**	**-**	**-**	**683.214**	**786.725**
Não Circulante					
Operações realizadas CCEE	19.926	-	-	19.926	9.393
Total	**19.926**	**-**	**-**	**19.926**	**9.393**

Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

Concessionárias e permissionárias - Referem-se as provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 33.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (Nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2022	**(1.078)**	**(379)**	**(1.457)**
Reversão de provisão, líquida	621	27	648
Saldo em 31/12/2023	**(457)**	**(352)**	**(809)**
Constituição de provisão, líquida	(3.128)	321	(2.807)
Saldo em 31/12/2024	**(3.585)**	**(31)**	**(3.616)**
Total circulante	**(3.585)**	**(31)**	**(3.616)**

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Antecipações de contribuição social – CSLL	-	5.167	1.908	5.309
Antecipações de imposto de renda – IRPJ	-	5.345	12.001	5.740
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.571	-	27.029	27.284
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**10.571**	**10.512**	**40.938**	**38.333**
Imposto de renda retido na fonte	2.667	6.552	24.971	37.995
ICMS a compensar	-	-	6.201	6.415
Programa de integração social	28	17	12.392	8.837
Contribuição financiamento da seguridade social	131	79	56.475	39.392
Instituto nacional da seguridade social	-	-	-	16
Outros	-	-	135	666
Outros tributos a compensar	**2.826**	**6.648**	**100.174**	**93.321**
Total circulante	**13.396**	**17.160**	**141.113**	**131.654**
Não Circulante				
Contribuição social a compensar – CSLL	12	-	10.152	4.564
Imposto de renda a compensar – IRPJ	33	-	86.011	76.103
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**45**	**-**	**96.163**	**80.667**
ICMS a compensar	-	-	3.217	4.491
Programa de integração social	-	-	325	416
Contribuição para financiamento da seguridade social	-	-	-	420
Outros	-	-	-	81
Outros tributos a compensar	**-**	**-**	**3.542**	**5.408**
Total não circulante	**45**	**-**	**99.705**	**86.075**

Imposto de renda e contribuição social a compensar – No consolidado em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 96.163 (R$ 80.667 em 31 de dezembro de 2023) da controlada CPFL Renováveis refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2024, inclui-se o montante de R$ 14.741 (R$ 24.847 em 31 de dezembro de 2023) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2024, inclui o montante de R$54.351 (R$ 36.976 em 31 de dezembro de 2023) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	127.328	153.629
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	5.221	154	(302.077)	(333.271)
	5.221	**154**	**(174.749)**	**(179.642)**
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	354.484	427.262
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	4.307	5.600
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	14.502	428	(838.774)	(912.155)
	14.502	**428**	**(479.983)**	**(479.293)**
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	-	-	-	(48.438)
Total	**19.723**	**582**	**(654.732)**	**(707.373)**
Total crédito fiscal	19.723	582	215.019	261.353
Total débito fiscal	-	-	(869.751)	(968.726)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	50	12	34
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.519	6.997	2.515	6.987
Provisão relacionada a pessoal	62	172	73	203
Derivativos	-	-	(2.125)	(5.902)
Outros	2.622	7.283	(321)	(894)
Total	**5.221**	**14.502**	**154**	**428**

Notas Explicativas

	Consolidado				
	2024		2023		
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	PIS COFINS (a)
Diferenças temporariamente indedutíveis (tributáveis)					
Ativo Contratual das Transmissoras	-	-	(14.333)	(26.541)	(48.438)
Depreciação acelerada incentivada	(36.159)	(100.441)	(35.714)	(99.204)	-
Mais valia decorrente da aquisição do controle (Enercan)	(84.264)	(234.067)	(85.012)	(236.143)	-
Outras diferenças temporárias	(4.202)	(11.670)	(4.445)	(12.354)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis (tributáveis) – resultado abrangente acumulado					
Perdas atuariais	(1.207)	(3.352)	(174)	(475)	-
Marcação a mercado – dívidas	-	-	(873)	(2.426)	-
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(29.613)	(82.257)	(32.808)	(91.134)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis (tributáveis) – combinação de negócio					
Impostos diferidos – ativo:					
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	12.219	33.941	13.404	37.235	-
Impostos diferidos – passivo:					
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(16.056)	(44.601)	(15.767)	(43.799)	-
Intangível – direito de exploração/ autorização	(142.795)	(396.326)	(157.549)	(437.314)	-
Total	**(302.077)**	**(838.774)**	**(333.271)**	**(912.155)**	**(48.438)**

(a) Saldo referente aos tributos PIS e COFINS diferidos sobre o ativo contratual das transmissoras, que foram cindidas durante o ano de 2024 conforme nota explicativa 1.4.

9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Consolidado
2025	110.699
2026	117.539
2027	126.265
2028	123.514
2029	60.596
2030 a 2031	40.384
2032 a 2034	36.187
Total	**615.184**

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023:

	Controladora			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**1.367.753**	**1.367.753**	**1.173.548**	**1.173.548**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(1.208.503)	(1.208.503)	(1.138.136)	(1.138.136)
Amortização de intangível adquirido	(517)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	(69.415)	(69.415)	(25.000)	(25.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	649	1.237	327	1.383
Base de cálculo	**89.967**	**91.072**	**10.739**	**11.794**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(8.097)**	**(22.768)**	**(967)**	**(2.949)**
Ajuste de créditos fiscais	7	21	-	1.725
Total	**(8.090)**	**(22.747)**	**(967)**	**(1.223)**
Corrente	(9.205)	(25.847)	(671)	(403)
Diferido	1.115	3.099	(295)	(820)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**2.762.857**	**2.762.857**	**2.394.977**	**2.394.977**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(331.056)	(331.056)	(314.909)	(314.909)
Amortização de intangível adquirido	(517)	-	(579)	-
Efeito regime lucro presumido	(550.199)	(630.474)	(576.843)	(670.943)
Juros sobre o capital próprio	(69.415)	(69.415)	(25.000)	(25.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	52.423	86.183	377.220	370.351
Base de cálculo	**1.864.093**	**1.818.095**	**1.854.866**	**1.754.476**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(167.768)**	**(454.254)**	**(166.938)**	**(438.619)**
Ajuste de créditos fiscais	5.344	15.551	28.355	78.868
Total	**(162.424)**	**(438.973)**	**(138.583)**	**(359.751)**
Corrente	(163.955)	(444.195)	(172.391)	(452.815)
Diferido	1.531	5.222	33.808	93.063

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R$ 6.753 (R$ 126.871 em 2023).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(17.757)	(17.757)	**(3.612)**	**(3.612)**
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	14.291	14.291	**-**	**-**
Base de cálculo	**(3.466)**	**(3.466)**	**(3.612)**	**(3.612)**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Custo atribuído de ativo imobilizado	16.582	16.582	40.321	40.321
Subtotal	**16.582**	**16.582**	**40.321**	**40.321**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	**(1.492)**	**(4.145)**	**(3.629)**	**(10.080)**
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(1.492)**	**(4.145)**	**(3.304)**	**(9.177)**

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização.

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da CPFL Renováveis possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2024, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R$ 35.812 (R$ 39.286 em 31 de dezembro de 2023). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Notas Explicativas

(10) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.121.531**
Circulante	88.072
Não Circulante	1.033.458
Adições	36.971
Remuneração e atualização	108.604
Recebimento RAP	(75.269)
Outros créditos	(32.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.159.697**
Circulante	90.413
Não Circulante	1.069.284
Adições	12.413
Remuneração e atualização	16.518
Recebimento RAP	(21.502)
Baixa e transferência – outros ativos	(1.008)
Reestruturação societária	(1.166.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à "Receita Anual Permitida – RAP" que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Créditos a receber	-	-	121.968	133.293
Direito de uso	-	142	55.626	56.677
Adiantamentos – plano de pensão	-	-	2.658	1.950
Adiantamentos – fornecedores	-	-	11.090	12.826
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	21.231	8.387
Ordens em curso	-	-	14.551	18.438
Contratos de pré compra de energia	-	-	-	17.976
Despesas antecipadas	6.409	3.994	50.660	42.885
Adiantamentos a funcionários	73	115	1.085	1.113
Indenizações	13.455	2.070	14.033	2.370
Déficit de Energia	-	-	26.077	11.457
Outros	991	106	41.083	18.248
(-) PECLD (nota 7)	-	-	(31)	(352)
Total	**20.737**	**6.427**	**360.031**	**325.267**
Circulante	**20.549**	**5.852**	**184.789**	**126.844**
Não Circulante	**188**	**575**	**175.242**	**198.423**

Créditos a receber – Refere-se, majoritariamente, a contas a receber constituído entre Bio Formosa e Vale Verde pela venda de ativos imobilizados da subsidiária da CPFL Renováveis, e créditos a receber com os sócios minoritários das controladas.

Direito de Uso – Refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas. O Saldo é composto pelas classes de "Terras" e "Imóveis", com taxa de amortização média anual de 3,1% e 20%, respectivamente.

Adiantamento Fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

Despesas Antecipadas – Refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de software.

Indenizações – Refere-se principalmente ao acordo GSF da Enercan.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	3.491.459	4.516.484	533.883	467.723
	3.491.459	**4.516.484**	**533.883**	**467.723**
Mais valia de ativos, líquidos	477.118	483.128	3.975	4.285
Total	**3.968.577**	**4.999.612**	**537.858**	**472.008**

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Notas Explicativas

Controladora									
		2024				2024	2023	2024	2023
Investimento	Participação no Capital %	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio Líquido		Resultado de equivalência Patrimonial	
Enercan	52,12%	1.324.816	200.787	747.376	509.980	389.518	469.067	265.791	16.226
Chapecoense	51,00%	431.440	254.509	429.104	499.598	218.843	144.776	254.795	241.008
Epasa	53,34%	513.612	61.413	427.667	163.125	210.302	207.772	87.017	76.678
CPFL Renováveis	50,85%	8.795.595	2.632.292	4.942.943	1.182.988	2.513.487	2.433.685	601.549	691.572
Ceran	65,00%	766.542	283.809	245.091	(45.888)	159.309	189.137	(29.827)	(4.831)
CPFL Piracicaba (a)	0,00%	-	-	-	-	-	135.609	3.676	13.657
CPFL Morro Agudo (a)	0,00%	-	-	-	-	-	142.422	5.538	17.874
CPFL Maracanaú (a)	0,00%	-	-	-	-	-	53.411	1.974	4.184
CPFL Sul I (a)	0,00%	-	-	-	-	-	354.303	10.548	17.403
CPFL Sul II (a)	0,00%	-	-	-	-	-	386.302	13.454	20.467
Investimento pelo patrimônio líquido da controlada						**3.491.459**	**4.516.484**	**1.214.515**	**1.094.238**
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais						-	-	(6.012)	43.898
Total						**3.491.459**	**4.516.484**	**1.208.503**	**1.138.136**

(a) Como parte do processo de reestruturação societária do grupo CPFL, a Companhia realizou a cisão parcial de seu acervo líquido, composto pelas empresas acima identificadas. Para maiores informações, verificar a nota 1.3.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados principalmente no grupo de Imobilizado (nota 13). Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R$ 6.012 (R$ 43.898 no ano de 2023) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

Controladora						
Investimentos	Investimentos em 31/12/2023	Equivalência Patrimonial (Resultado e Reflexo)	Dividendos	Reestruturação societária	Investimentos em 31/12/2024
Enercan	469.067	265.791	(345.340)	-	389.518
Chapecoense	144.776	254.795	(180.727)	-	218.843
EPASA	207.772	87.017	(84.485)	-	210.302
CPFL Renováveis	2.433.685	605.392	(525.590)	-	2.513.487
Ceran	189.137	(29.827)	-	-	159.309
CPFL Piracicaba	135.609	3.676	(10.926)	(128.359)	-
CPFL Morro Agudo	142.422	5.538	(13.405)	(134.555)	-
CPFL Maracanaú	53.411	1.974	(4.184)	(51.201)	-
CPFL Sul I	354.303	10.548	(8.729)	(356.122)	-
CPFL Sul II	386.302	13.454	-	(399.756)	-
Total dos investimentos	**4.516.484**	**1.218.358**	**(1.173.387)**	**(1.069.993)**	**3.491.459**

Notas Explicativas

	Controladora						
Investimentos	Investimentos em 31/12/2022	Aumento/ Redução de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial (Resultado e Reflexo)	Dividendos	Outros	Investimentos em 31/12/2023
Enercan	372.634	-	-	273.920	(177.488)	-	469.067
Chapecoense	186.139	-	-	241.008	(282.371)	-	144.776
EPASA	254.550	(53.343)	-	76.678	(70.113)	-	207.772
CPFL Renováveis	2.927.901	(711.900)	-	691.572	(475.394)	1.506	2.433.685
Ceran	184.476	-	-	(4.831)	9.492	-	189.137
CPFL Piracicaba	135.526	-	-	13.657	(13.574)	-	135.609
CPFL Morro Agudo	142.057	-	-	17.874	(17.509)	-	142.422
CPFL Maracanaú	42.027	-	7.200	4.184	-	-	53.411
CPFL Sul I	191.900	-	145.000	17.403	-	-	354.303
CPFL Sul II	266.835	-	99.000	20.467	-	-	386.302
Total dos investimentos	**4.704.045**	**(765.243)**	**251.200**	**1.351.932**	**(1.026.957)**	**1.506**	**4.516.483**

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Investimento em controladas em conjunto	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	102.883	113.621	(10.737)	(2.665)
CSC Energia	1.855	1.554	311	465
Chapecoense	218.843	144.776	254.795	241.008
Epasa	210.302	207.772	87.017	76.678
Mais valia de ativos líquidos	3.975	4.285	(517)	(577)
Total dos investimentos	**537.858**	**472.008**	**330.869**	**314.909**

12.2 Juros sobre capital próprio (“JCP”) e dividendo a receber

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendos e juros sobre capital próprio.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Enercan	22.208	-	3	-
Ceran	155.750	155.750	19.022	-
EPASA	17.831	-	-	-
Chapecoense	1.191	-	-	-
CPFL Renováveis	150.387	171.407	-	7.517
Total	**347.367**	**327.157**	**19.025**	**7.517**

Notas Explicativas

12.3 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto.

A divulgação da participação em controladas, de acordo com o IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.3.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis	Total
Saldo em 31/12/2022	**995.120**	**99.333**	**2.938.115**	**4.032.568**
Participação acionária e no capital votante	47,88%	35,00%	49,15%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	37.077	(2.611)	690.808	725.283
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	1.172	1.172
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	326	326
Redução de capital sem alteração de controle	-	-	(692.100)	(692.100)
Dividendos	(163.062)	5.111	(484.250)	(642.201)
Outras movimentações	2.176	-	(737)	1.439
Saldo em 31/12/2023	**871.311**	**101.843**	**2.453.332**	**3.426.486**
Participação acionária e no capital votante	47,88%	35,00%	49,15%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	237.856	(16.061)	602.749	824.544
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	1.704	1.704
Redução de capital sem alteração de controle	-	-	(4.077)	(4.077)
Dividendos	(317.271)	-	(530.113)	(847.384)
Outras movimentações	(894)	-	2.750	1.856
Saldo em 31/12/2024	**791.002**	**85.782**	**2.526.345**	**3.403.129**
Participação acionária e no capital votante	47,88%	35,00%	49,15%	

12.3.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são como segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis
Ativo circulante	394.561	56.127	1.357.440	431.059	96.612	1.459.188
Caixa e equivalentes de caixa	179.572	18.471	227.864	160.469	74.778	474.771
Outros ativos	214.989	37.656	1.129.576	270.590	21.834	984.417
Ativo não circulante	2.206.251	710.415	9.406.167	2.270.150	700.926	9.991.926
Passivo circulante	290.374	312.314	1.845.254	266.340	303.869	4.732.529
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	137.113	-	-	395.776
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	-	123.372	-	-	2.700.316
Outros passivos financeiros	290.374	312.314	1.584.769	266.340	303.869	1.636.437
Passivo não circulante	646.494	209.136	3.878.521	596.844	202.688	1.830.831
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	883.090	-	-	809.646
Outros passivos financeiros	646.494	209.136	2.995.431	596.844	202.688	1.021.185
Patrimônio líquido	1.663.944	245.091	5.039.832	1.838.026	290.980	4.887.755
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	872.942	159.309	2.513.487	966.715	189.137	4.786.008
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	791.002	85.782	2.526.345	871.311	101.843	101.747

	31/12/2024			31/12/2023		
	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis	Enercan	Ceran	CPFL Renováveis
Receita operacional líquida	1.002.708	106.143	3.631.444	1.007.075	107.764	3.639.600
Custo e despesa operacional	(110.230)	(96.269)	(1.168.538)	(508.431)	(78.610)	(895.311)
Depreciação e amortização	(144.782)	(41.985)	(690.197)	(179.344)	(42.051)	(670.541)
Receita de juros	27.553	6.248	164.669	26.187	9.073	144.585
Despesa de juros	(14.560)	(24.203)	(412.137)	(10.433)	(8.179)	(577.882)
Resultado de equivalência patrimonial	311	-	(10.800)	465	-	(2.490)
Despesa de imposto sobre a renda	(262.848)	4.179	(310.142)	(237.568)	4.571	(255.580)
Lucro líquido	498.152	(45.888)	1.204.299	97.952	(7.432)	1.382.382
Lucro atribuído aos acionistas controladores	260.296	(29.827)	601.549	60.875	(4.831)	1.360.024
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	237.856	(16.061)	602.749	37.077	(2.601)	22.358

Notas Explicativas

12.3.3 Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2024, e 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Baesa	**Chapecoense**	**Epasa**	**Baesa**	**Chapecoense**	**Epasa**
Ativo circulante	66.695	480.981	512.120	52.839	410.738	415.233
Caixa e equivalentes de caixa	23.751	191.888	387.427	13.099	222.719	243.076
Outros ativos circulantes	-	-	-	39.740	188.019	172.157
Ativo não circulante	974.115	2.075.999	1.492	1.013.972	2.202.641	95.258
Passivo circulante	101.076	631.742	118.676	110.840	619.332	81.740
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	234.315	-	-	234.447	-
Outros passivos financeiros	66.663	149.618	4.721	110.840	384.885	81.740
Passivo não circulante	528.297	1.496.134	695	501.595	1.706.804	39.254
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	426.240	-	-	653.355	-
Outros passivos financeiros	427.758	1.061.047	-	501.595	1.053.449	39.254
Patrimônio líquido	411.436	429.104	394.241	454.375	287.243	389.497

	31/12/2024			31/12/2023		
	Baesa	**Chapecoense**	**Epasa**	**Baesa**	**Chapecoense**	**Epasa**
Receita operacional líquida	227.729	1.279.058	356.302	195.121	1.271.750	352.131
Custo e despesa operacional	(130.306)	(261.070)	(98.512)	(142.993)	(273.892)	(112.451)
Depreciação e amortização	(58.173)	(102.894)	(91.599)	(57.559)	(103.200)	(92.690)
Receita de juros	2.833	31.323	33.144	4.313	46.393	31.221
Despesa de juros	(61.661)	(198.728)	-	(16.010)	(178.594)	-
Despesa de imposto sobre a renda	(21.903)	(249.084)	(27.212)	6.798	(277.168)	(32.809)
Lucro (prejuízo) líquido	(42.939)	499.584	163.125	(10.658)	446.913	143.745
Participação acionária e no capital votante	**25,01%**	**51,00%**	**53,34%**	**25,01%**	**51,00%**	**53,34%**

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

12.3.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia por meio da controlada direta CPFL Renováveis possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

Notas Explicativas

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2022	**164.163**	**2.688.111**	**1.002.542**	**5.790.893**	**986**	**2.661**	**496.119**	**10.145.475**
Custo histórico	237.143	4.252.566	1.841.369	10.907.307	3.099	11.359	496.119	17.748.962
Depreciação acumulada	(72.980)	(1.564.455)	(838.825)	(5.116.414)	(2.114)	(8.699)	-	(7.603.487)
Adições	-	-	-	-	-	-	452.805	452.805
Baixas	-	(1.493)	(9.968)	(152.770)	(580)	(78)	(4.827)	(169.716)
Transferências	(1.677)	13.157	(24.064)	178.073	537	393	(166.419)	-
Depreciação	(4.513)	(149.659)	(55.927)	(446.826)	(396)	(429)	-	(657.750)
Baixa de depreciação	-	950	3.411	107.274	486	61	-	112.182
Provisão para redução ao valor recuperável	(521)	(268.028)	(32.807)	(32.827)	-	(9)	-	(334.193)
Saldo em 31/12/2023	**157.452**	**2.283.038**	**883.189**	**5.443.817**	**1.033**	**2.599**	**777.678**	**9.548.803**
Custo histórico	234.945	3.996.202	1.774.530	10.899.783	3.056	11.655	766.678	17.697.859
Depreciação acumulada	(77.493)	(1.713.164)	(891.341)	(5.455.966)	(2.024)	(9.067)	-	(8.149.055)
Adições	-	-	-	-	-	-	361.255	361.255
Baixas	-	(2.874)	(55.018)	(372.650)	-	(146)	(360)	(431.048)
Transferências	762	25.922	60.077	238.235	15.346	828	(341.170)	-
Depreciação	(4.532)	(133.592)	(56.441)	(414.099)	(2.207)	(490)	-	(611.361)
Baixa de depreciação	-	78	18.740	230.610	-	114	-	249.541
Reversão de Provisão para perda	88	44.996	5.498	5.439	1	-	-	56.022
Saldo em 31/12/2024	**153.770**	**2.217.568**	**856.045**	**5.131.353**	**14.172**	**2.905**	**797.403**	**9.173.215**
Custo histórico	235.795	4.064.246	1.785.088	10.770.808	18.403	12.348	797.403	17.684.089
Depreciação acumulada	(82.025)	(1.846.678)	(929.043)	(5.639.455)	(4.231)	(9.443)	-	(8.510.874)
Taxa média de depreciação 2024	**2,86%**	**5,79%**	**6,35%**	**7,80%**	**13,47%**	**5,20%**		
Taxa média de depreciação 2023	**1,90%**	**3,52%**	**3,04%**	**4,10%**	**12,77%**	**3,78%**		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R$ 852.068 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 868.449 em 2023), com destaque para obras de construção da PCH Cherobin.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R$ 529.342 (R$ 550.986 em 31 de dezembro de 2023), sendo o principal montante relacionado à CPFL Renováveis.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para o ano de 2023, a Administração identificou indicativos relacionados às condições hidrológicas de alta oferta no País para os negócios de algumas Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) do segmento de geração de energia, o que gerou uma mudança na projeção de geração de caixa destes ativos. O valor recuperável dessas UGCs foi calculado com base no valor em uso de cada unidade geradora de caixa, utilizando a abordagem do fluxo de caixa livre para o acionista, técnica de avaliação que reflete o fluxo de caixa futuro de cada projeto. A Administração se baseou em premissas do orçamento plurianual, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto, incluíram: (i) expectativas de volume de geração de energia; (ii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iii) disponibilidade de capacidade de geração de energia; (iv) período de concessão/autorização; e (v) outras condições de mercado. A taxa de desconto utilizada pela Administração foi de aproximadamente 11%.

Como resultado dos testes realizados foi reconhecido, em dezembro de 2023, para seu investimento na UGC Enercan (composto por investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial e mais-valia), provisão para perdas no valor de R$ 334.193. Em dezembro de 2024, a companhia reavaliou o teste de redução ao valor recuperável e, em função principalmente do preço de energia no longo prazo, parte dessa provisão foi revertida, no montante de R$ 56.022. O valor recuperável desta UGC foi estimado em R$ 1.670.011, A perda em 2023, bem como a reversão em 2024, foi alocada na demonstração de resultado na rubrica "Outras Despesas Operacionais” (nota explicativa 28).

Para as demais UGCs não houve necessidade de reconhecimento de reversão e/ou provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos imobilizados e tampouco de seus ativos intangíveis de combinação de negócios.

(14) INTANGÍVEL

	Consolidado				
		Direito de concessão			
	Ágio	Adquirido em combinação de negócio	Uso do bem público/ GSF	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	**430.032**	**1.998.619**	**199.791**	**332.288**	**2.960.730**
Custo histórico	430.032	4.065.993	233.092	435.802	5.164.919
Amortização acumulada	-	(2.067.374)	(33.301)	(103.514)	(2.204.189)
Adições	17.664	-	-	5.099	22.733
Amortização	-	(202.210)	(11.913)	(25.000)	(239.123)
Transferência - outros ativos	(447.696)	447.696	(145.334)	145.334	-
Baixa – outros ativos	-	(114.890)	-	(136)	(115.026)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**2.129.215**	**42.544**	**457.554**	**2.629.313**
Custo histórico	,-	4.398.799	87.758	586.068	5.072.625
Amortização acumulada	-	(2.269.584)	(45.214)	(128.514)	(2.443.312)
Adições	-	-	-	9.721	9.721
Amortização	-	(189.256)	(739)	(33.631)	(223.626)
Transferência - outros ativos	-	30.942	-	(11.217)	19.725
Baixa – outros ativos	-	-	-	(302)	(302)
Saldo em 31/12/2024	**-**	**1.970.901**	**41.805**	**422.125**	**2.434.831**
Custo histórico	-	4.429.741	87.758	584.270	5.101.769
Amortização acumulada	-	(2.458.840)	(45.953)	(162.145)	(2.666.938)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em Combinação de Negócios.

Em 2023, como conclusão da apuração final da combinação de negócios da controlada Enercan, o montante de R$ 447.697 inicialmente reconhecido como Ágio foi reclassificado para Intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

14.1 UBP/ Repactuação do Risco Hidrológico

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1° de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga. Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”. O ativo foi reconhecido no montante total de R$ 175.904 em 2021. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Conforme mencionado na nota explicativa n° 13, para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	5.534	6.680	87.775	57.882
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	24.292	24.131
Materiais e serviços	34.632	33.083	160.860	240.387
Energia livre	12.050	-	12.050	-
Total	**52.216**	**39.763**	**284.977**	**322.401**
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	244	-	20.319	46.332
Materiais e serviços	-	-	135	378
Total	**244**	**-**	**20.454**	**46.699**

Notas Explicativas

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora						
Modalidade	**Saldo em 31/12/2023**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Encargos pagos**	**Reestruturação societária**	**Saldo em 31/12/2024**
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
CDI	467.031	-	(340.181)	32.811	(120.222)	(39.439)	-
Gastos com captação	(463)	-	-	463	-	-	-
Total ao custo	**466.568**	**-**	**(340.181)**	**33.274**	**(120.222)**	**(39.439)**	**-**
Total	**466.569**	**-**	**(340.181)**	**33.274**	**(120.222)**	**(39.439)**	**-**
Circulante	**466.569**						**-**
Não Circulante	**-**						**-**

	Controladora						
Modalidade	**Saldo em 31/12/2022**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2023**
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
CDI	409.247	-	-	57.784	-	-	467.031
Gastos com captação	(1.079)	-	-	617	-	-	(463)
Total ao custo	**408.168**	**-**	**-**	**57.167**	**-**	**-**	**466.568**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	423.581	-	(417.617)	3.368	(4.925)	(4.408)	-
Marcação a mercado	(16.205)	-	-	16.205	-	-	-
Total ao valor justo	**407.376**	**-**	**(417.617)**	**19.573**	**(4.925)**	**(4.408)**	**-**
Total	**815.544**	**-**	**(417.617)**	**77.974**	**(4.925)**	**(4.408)**	**466.569**
Circulante	**437.003**						**466.569**
Não Circulante	**378.541**						**-**

Notas Explicativas

	Consolidado							
Modalidade	**Saldo em 31/12/2023**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Reestruturação societária**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2024**
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
TJLP	334.652	-	(48.736)	26.967	-	-	(24.484)	288.399
IPCA	348.217	60.000	(16.521)	26.184	-	-	(57.758)	360.122
CDI	467.031	-	(329.181)	21.780	-	(39.439)	(120.191)	-
Gastos com captação	(3.879)	515	-	550	-	-	-	(2.814)
Total ao custo	**1.146.022**	**60.515**	**(394.438)**	**75.481**	**-**	**(39.439)**	**(202.433)**	**645.707**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	378.008	-	(338.968)	2.915	21.680	-	(5.347)	58.288
Marcação a mercado	(3.329)	-	-	2.874	-	-	-	(455)
Total ao valor justo	**374.679**	**-**	**(338.968)**	**5.789**	**21.680**	**-**	**(5.347)**	**57.833**
						-		
Total	**1.520.701**	**-**	**(733.406)**	**81.270**	**21.680**	**(39.439)**	**(207.780)**	**703.540**
Circulante	**863.141**							**133.727**
Não Circulante	**657.560**							**569.813**

	Consolidado						
Modalidade	**Saldo em 31/12/2022**	**Captação**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2023**
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré fixado	1.299	-	(1.296)	10	-	(11)	-
TJLP	379.363	-	(48.416)	31.560	-	(27.855)	334.652
IPCA	276.058	80.000	(9.679)	16.980	-	(15.141)	348.217
CDI	464.451	-	(52.800)	59.054	-	(3.675)	467.031
IGP-M	13.252	-	(12.920)	209	-	(541)	-
Gastos com captação	(4.889)	-	-	1.010	-	-	(3.879)
Total ao custo	**1.129.534**	**80.000**	**(125.112)**	**106.803**	**-**	**(47.223)**	**1.146.022**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	880.085	-	(466.178)	13.076	(34.295)	(14.680)	378.008
Marcação a mercado	(34.938)	-	-	31.609	-	-	(3.329)
Total ao valor justo	**845.147**	**-**	**(466.178)**	**44.685**	**(34.295)**	**(14.680)**	**374.679**
Total	**1.974.681**	**80.000**	**(591.290)**	**153.507**	**(34.295)**	**(61.903)**	**1.520.701**
Circulante	**626.184**						**863.141**
Não Circulante	**1.348.497**						**657.560**

Notas Explicativas

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda nacional					
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	288.399	334.652	2020 a 2039	i) Penhor e alienação fiduciária de equipamentos; ii) penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios; iii) contas reserva e centralizadora; iv) penhor de ações; v) penhor de direitos emergentes das autorizações pela ANEEL; vi) penhor de ações das beneficiárias; vii) fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; viii) fiança bancária.
IPCA					
BNB	IPCA + 1,06% a 2,08%	156.419	204.387	2022 a 2044	i) Fiança bancária
FINEM	IPCA + 4,182273%	203.703	143.830	2022 a 2036	i) Alienação fiduciária de bens; ii) alienação fiduciária de recebíveis; iii) penhor de ações; iv) penhor de Direitos Emergentes autorizados pela ANEEL; v) pehor de recebíveis/ direitos creditórios de contratos operacionais; vi) garantia corporativa da Controladora; vii) garantia bancária; viii) conta reserva.
CDI					
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	-	467.031	2019 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
IGP-M					
Gastos com captação (*)		(2.814)	(3.879)		
Total moeda nacional		**645.707**	**1.146.021**		

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao valor justo – Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários	US$ + de 2,07% a 3,29%	58.288	378.008	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória.
Marcação a mercado		(455)	(3.329)		
Total moeda estrangeira		**57.834**	**374.679**		
Total		**703.540**	**1.520.700**		

(*) Conforme CPC 48/ IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 33. A taxa efetiva de empréstimos mensurados ao custo varia em torno de 105,1% do CDI.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 33.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R$ 2.874 (perda de R$ 31.609 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2026	73.887
2027	73.887
2028	73.887
2029	45.897
2030	31.903
2031 a 2035	160.829
2036 a 2040	84.793
2041 a 2045	24.730
	569.813
Marcação a mercado	-
Total	**569.813**

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
Indexador	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
IGP-M	6,54	(3,18)	-	-
IPCA	4,83	4,62	35,40	22,84
TJLP	7,43	6,53	28,35	21,95
CDI	12,25	11,65	36,25	30,63
Outros			-	24,58
			100,00	**100,00**

Principais adições no exercício

No exercício de 2024, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

	Montante em R$ mil						
	Total aprovado	**Liberado em 2024**	**Pagamento de juros**	**Amortização de principal**	**Destinação de recurso**	**Encargo financeiro anual e taxa efetiva**	**Taxa efetiva com derivativo**
CPFL Renováveis	221.936	60.000	Trimestral	Mensal após julho de 2024	Investimento	IPCA + 4,18%	Não se aplica
Total	**221.936**	**60.000**					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais *(cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
Modalidade	**Saldo em 31/12/2023**	**Captação**	**Reestruturação societária**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2024**
Mensuradas ao custo – pós fixado					
TJLP	-	-	-	-	-
CDI	-	482.000	14.788	(11.583)	485.204
TLP (IPCA)	-	-	-	-	-
Total ao custo	**-**	**482.000**	**14.788**	**(11.583)**	**485.204**
Gastos com captação (*)	**-**	**-**	**(1.139)**	**-**	**(1.139)**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado					
IPCA	519.628	-	(519.628)	-	-
Marcação ao mercado	4.383	-	(4.383)	-	-
Total ao valor justo	**524.011**	**-**	**(524.011)**	**-**	**-**
Total	**524.011**	**482.000**	**(510.363)**	**(11.583)**	**484.065**
Circulante	**3.607**				**3.204**
Não Circulante	**520.404**				**480.861**

Notas Explicativas

	Controladora				
Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo – pós fixado					
IPCA	275.720	(271.242)	14.516	(18.994)	-
Gastos com captação	(86)	-	86	-	-
Total ao custo	**275.634**	**(271.242)**	**14.602**	**(18.994)**	**-**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado					
IPCA	496.665	-	53.185	(30.222)	519.628
Marcação ao mercado	(49.408)	-	53.791	-	4.383
Total ao valor justo	**447.257**	**-**	**106.976**	**(30.222)**	**524.011**
Total	**722.891**	**(271.242)**	**121.577**	**(49.216)**	**524.011**
Circulante	**279.311**				**3.607**
Não Circulante	**443.580**				**520.404**

	Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Reestruturação Societária	Saldo em 31/12/2024
Mensurados ao custo – pós fixado						
CDI	190.825	482.000	37.142	(33.621)	-	676.346
Gastos com captação	-	-	-	(1.139)	-	(1.139)
Total ao custo	**190.825**	**482.000**	**37.142**	**(34.760)**	**-**	**675.207**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado						
IPCA	519.628	132.000	10.342	(4.032)	(519.628)	138.310
Marcação ao mercado	4.383	-	(12.789)	-	(4.383)	(12.789)
Total ao valor justo	**524.011**	**132.000**	**(2.446)**	**(4.032)**	**(524.011)**	**125.522**
Total	**714.836**	**614.000**	**34.696**	**(38.792)**	**(524.011)**	**800.729**
Circulante	**4.433**					**6.590**
Não Circulante	**710.404**					**794.139**

	Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensurados ao custo – pós fixado						
CDI	440.312	190.000	(435.568)	22.539	(26.457)	190.825
Gastos com captação	(123)	-	-	123	-	-
Total ao custo	**440.189**	**190.000**	**(435.568)**	**22.662**	**(26.457)**	**190.825**
Mensuradas ao valor justo – pós fixado						
IPCA	496.665	-	-	53.185	(30.222)	519.628
Marcação ao mercado	(49.408)	-	-	53.791	-	4.383
Total ao valor justo	**447.257**	**-**	**-**	**106.976**	**(30.222)**	**524.011**
Total	**887.446**	**190.000**	**(435.568)**	**129.638**	**(56.679)**	**714.836**
Circulante	**446.866**					**4.433**
Não Circulante	**443.580**					**710.404**

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, quando estas são mensuradas pelo custo amortizado.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

		Consolidado			
Modalidade	Encargos financeiros anuais	2024	2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao valor justo – pós fixado					
CDI (a)	De 103,6% a 109,75% do CDI	676.346	190.825	2021 a 2031	Fiança CPFL Energia
Custos de captação (*)		(1.139)	-		
Total mensuradas ao custo		**675.207**	**190.825**		
Mensuradas ao valor justo – pós fixado					
IPCA	IPCA + 6,02%	138.310	519.628	2023 a 2039	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(12.789)	4.383		
Total mensuradas ao valor justo		**125.522**	**524.011**		
Total		**800.729**	**714.836**		

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, quando estas são mensuradas pelo custo amortizado.

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R$12.789 (perda de R$ 53.791 em 31 de dezembro de 2023).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2028	190.000
2030 a 2031	616.928
	806.928
Marcação a mercado	(12.789)
Total	**794.139**

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2024.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

18.1 Características

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	120.010	137.927
Valor justo dos ativos do plano	(118.238)	(115.613)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	**1.772**	**22.314**
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	14.291	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(1.326)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**14.737**	**22.314**

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	**150.383**
Custo do serviço corrente bruto	19
Juros sobre obrigação atuarial	14.898
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Benefícios pagos no ano	(15.539)
Perda (ganho) decorrente de liquidação antecipada do plano	(8.964)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	**137.927**
Custo do serviço corrente bruto	11
Juros sobre obrigação atuarial	12.801
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(19.215)
Benefícios pagos no ano	(1.326)
Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	(11.514)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024	**118.684**

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	**(119.199)**
Rendimento esperado no exercício	(12.213)
Contribuições de patrocinadoras	(7.696)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Benefícios pagos no exercício	15.539
Perda decorrente de conversão voluntária de renda*	8.698
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**(115.613)**
Rendimento esperado no exercício	(10.993)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.955)
Benefícios pagos no exercício	3.809
Perda decorrente de conversão voluntária de renda	11.514
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024	**(118.238)**

* Em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	**31.184**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.438
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(7.695)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	**22.314**
Dívida Financeira	4.953
Outras contribuições	3
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**27.270**
Circulante	**8.503**
Não circulante	**18.767**

Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	**22.314**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.819
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(6.955)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(19.215)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.809
Efeito risk sharing	(1.326)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	14.291
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	**14.737**
Conversão para dívida financeira	3.709
Outras contribuições	27
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024	**18.473**
Circulante	**5.706**
Não circulante	**12.767**

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2024 estão apresentadas no montante de R$ 7.001.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano pagamento	R$ mil
2025	12.875
2026	13.095
2027	13.296
2028	13.496
2029 a 2034	83.216
Total	**135.981**

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,4 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2025 e as despesas e ou receitas reconhecidas em 2024 e 2023 são como segue:

Notas Explicativas

	2025 estimadas
Custo do serviço	9
Juros sobre obrigações atuariais	13.280
Rendimento esperado dos ativos do plano	(13.640)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	1.689
Total da despesa	**1.338**

	2024 realizadas
Custo do serviço	11
Juros sobre obrigações atuariais	12.801
Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.993)
Total da despesa (receita)	**1.819**

	2023 realizadas
Custo do serviço	19
Ganho decorrente de liquidação antecipada do plano	(266)
Juros sobre obrigações atuariais	14.898
Rendimento esperado dos ativos do plano	(12.213)
Total da despesa (receita)	**2.438**

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,49% a.a.	4,45% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima)	3.89% a.a.	3.85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Mercer Disability, suavizada 50% Masculina	Mercer Disab. (-50)
Taxa de rotatividade esperada	ExpR_2013 a 2021	ExpR_2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres.	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres.

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

Notas Explicativas

	Ativos administrados pela VIVEST	
	2024	2023
Renda fixa	**86%**	**85%**
Títulos públicos federais	34%	35%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	0%
Outros investimentos de renda fixa	51%	49%
Renda variável	**8%**	**8%**
Fundos de investimento em ações	8%	8%
Investimentos estruturados	**2%**	**2%**
Fundos imobiliários	1%	-
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Cotados em mercado fixo	**96%**	**95%**
Imóveis	**1%**	**1%**
Operações com participantes	**1%**	**1%**
Outros ativos	**1%**	**3%**
Depósitos judiciais e outros	1%	3%
Não cotados em mercado ativo	**4%**	**5%**

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2025
Renda fixa	88,54%
Renda variável	0,0%
Imóveis	1,1%
Empréstimos e financiamentos	1,3%
Investimentos estruturados	8,8%
Investimentos no exterior	0,4%
Total da despesa (receita)	**100,00%**

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2024 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo,

as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Renováveis
Taxa de desconto nominal*	- 0,25 p.p.	2.207
	+ 0,25 p.p.	(2.130)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+ 1 ano	(2525)
	- 1 ano	3.805

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07% a.a.
** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos da VIVEST, BREMS sb v.2015 suav. 10% MF (RGE Plano I) e AT 2000 MF (RGE Plano II), BREMS sb v.2015 (CEEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

Na VIVEST os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2024: a) aquisição de títulos públicos na curva; e b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável.

Na VIVEST, o “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test”).*

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e *Drawn Down.* Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	16.579	-	294.895	324.204
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	4.805	-	100.603	108.623
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**21.384**	**-**	**395.498**	**432.826**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	-	-	3.995	6.888
Programa de integração social (PIS)	390	62	6.827	6.507
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	1.809	295	31.483	30.155
Imposto de renda retido na fonte sobre juros capital próprio	-	3.750	-	3.750
Outros	489	321	17.508	13.962
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**2.688**	**4.428**	**59.814**	**61.262**
Total circulante	**24.072**	**4.428**	**455.311**	**494.088**
Não Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	-	-	10.949	4.824
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	-	-	1.201	892
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**-**	**-**	**12.150**	**5.757**
		-		
ICMS a pagar	-	-	989	949
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**-**	-	**989**	**949**
		-		
Total não circulante	**-**	**-**	**13.139**	**6.706**

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

Notas Explicativas

(20) PROVISÕES

	Consolidado	
	2024	**2023**
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (20.1)	248.139	308.870
Provisão socioambiental e desmobilização de ativos (20.2)	164.477	170.761
Total	**412.616**	**479.631**
Circulante	**12.699**	**6.106**
Não Circulante	**399.918**	**473.525**

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Controladora			
	2024		**2023**	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	**Depósitos judiciais**	**Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas**	**Depósitos judiciais**
Trabalhistas	8.246	1.027	8.533	1.028
Cíveis	39.512	3.523	107.958	3.758
Fiscais	200.381	129.644	192.379	112.712
Total	**248.139**	**134.194**	**308.870**	**117.498**

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**Saldo em 31/12/2024**
Trabalhistas	8.533	435	(884)	(266)	428	8.246
Cíveis	107.958	114.685	(76.799)	(112.410)	6.078	39.512
Fiscais	192.379	13.496	(3.736)	(890)	(868)	200.381
Total	**308.870**	**128.616**	**(81.419)**	**(113.566)**	**5.638**	**248.139**

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

b. **Cíveis -** Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

c. **Fiscais -** Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Trabalhistas	7.423	11.023
Cíveis	185.939	462.745
Fiscais	1.303.224	1.165.958
Fiscais – Outros	1.329.528	1.457.143
Regulatório	-	8.462
Total	**2.826.113**	**3.105.331**

Além dos processos contemplados no quadro acima, a Companhia está inserida em discussões judiciais classificadas com risco possível de perda, relacionadas à uma ação ordinária movida pela ABRAGEL (à qual as controladas da CPFL Renováveis são associadas), em face da União Federal, contra a revisão extraordinária de garantia física embasada em liminar por força da portaria MME nº 267/2015 (nota 22) no valor de R$ 193.505. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para as controladas da Companhia se darão por meio de ajustes nos valores liquidados de garantias físicas no âmbito da CEEE.

Cíveis

Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem do Grupo Pedra com pedido de indenização decorrente de alegado descumprimento de obrigações contrato de constituição de consórcio firmado entre as partes.

Em março de 2023, foi proferida sentença arbitral final desfavorável às controladas, que as condenou a pagar indenização requerida pelo Grupo Pedra. Em junho de 2023, as controladas ajuizaram ação anulatória da sentença arbitral final para contestar o valor da indenização, fixado no montante de R$ 456 milhões (atualizado até maio de 2023). Em novembro de 2023, foi proferida sentença que julgou procedente a ação para anular a sentença arbitral, em favor das controladas. O Grupo Pedra interpôs apelação.

Em setembro de 2024, as partes requereram a suspensão do processo em virtude das tratativas iniciadas pelas partes para encerrar o litígio, o que foi deferido pelo Poder Judiciário. A CPFL e o Grupo Pedra celebraram acordo pôr fim ao litígio, que prevê, dentre outras obrigações, o encerramento antecipado dos Consórcios Usina da Pedra.

Em novembro de 2024, a ANEEL autorizou a transferência das outorgas das Usinas Termelétricas Bio Pedra, Bio Buriti e Bio Ipê, detidas, respectivamente, pela CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Bio Ipê para o Grupo Pedra. Em dezembro de 2024 todas as condições do acordo precedentes foram cumpridas, extinguindo todas as relações contratuais existentes entre as partes. O litígio entre as partes foi extinto pelo Poder Judiciário em janeiro de 2025. O impacto econômico para a Companhia foi o registro de uma despesa líquida no valor de R$ 199 milhões no exercício de 2024.

Fiscais e Fiscais Outros

Refere-se a cobrança de tributos, tais como:

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R$ 373.211relativo à cobrança de IRPJ e CSLL dos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações

anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração referente à cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. Em junho de 2023, houve decisão parcialmente favorável, culminando na redução de 53% do auto de infração, que representa o montante atualizado de R$ 206.449

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): Em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R$ 470.355 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis, os processos migraram para a CPFL Renováveis.

Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS). Refere-se, principalmente, a cobrança da diferença dos valores recolhidos a título de PIS e COFINS, do período de abril de 2007 a dezembro de 2010, no montante atualizado de R$ 452.269, na qual, a companhia recolheu os tributos nos termos instituídos pela Lei n.º 9.718/98 (regime cumulativo) e no entender da fiscalização deveria ter recolhido as aludidas contribuições nos termos instituídos pelas Leis n.º 10.833 e 10.637, em virtude das alterações trazidas pela Instrução Normativa º 468/2004. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 10,54% (9,53% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões de desmobilização e 10,62% (9,32% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	**Pagamentos**	**Efeitos da revisão da taxa de juros**	**Ajuste a valor presente**	**Saldo em 31/12/2024**
Desmobilização de ativos	**155.393**	-	(20.047)	14.815	**-**
Custos socioambientais	**15.368**	(6.397)	4.403	940	**14.317**
Total	**170.761**	**(6.397)**	**(15.644)**	**15.755**	**164.478**
Circulante	**6.106**				**12.699**
Não Circulante	**164.655**				**151.778**

	Consolidado

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2023
Desmobilização de ativos	126.225	-	16.610	12.558	**155.393**
Custos socioambientais	18.075	(1.128)	(1.424)	87	**15.368**
Total	**144.300**	**(1.128)**	**15.186**	**12.645**	**170.761**
Circulante	**5.687**				**6.106**
Não Circulante	**138.613**				**164.655**

(21) USO DO BEM PÚBLICO

	Consolidado			
Empresa	**2024**	**2023**	**Parcelas restantes**	**Taxa de juros**
Ceran	156.059	153.105	178	IGP-M + 9,6% a.a.
Enercan	43.108	42.370	168	IGP-M + 9,6% a.a.
Total	**199.167**	**195.475**		
Circulante	**23.253**	**24.124**		
Não Circulante	**175.914**	**171.351**		

Os valores referentes ao Uso do Bem Público (UBP), referem-se ao registro da obrigação dos contratos de concessão da Ceran e Enercan.

As obrigações são amortizadas linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2039 para a Ceran e janeiro de 2039 para a Enercan.

O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos.

Adicionalmente, os valores de amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica nas respectivas controladas.

(22) RESSARCIMENTO

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 referem-se ao ressarcimento, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Eólicas	846.879	786.956
Outros	7.849	4.048
Total	**854.728**	**791.004**
Circulante	**704.715**	**648.187**
Não Circulante	**150.013**	**142.817**

Em junho de 2015, a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa-ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de junho de 2015, decisão liminar operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015 restabelecendo o montante original das garantias físicas de diversas PCHs e CGHs de sua controladora CPFL Renováveis. A Administração vinha registrando substancialmente o passivo correspondente a esta redução de garantia física na rubrica de “Ressarcimentos”.

Adicionalmente, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física até que seja proposta uma nova metodologia que atenda as usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente.

Em março de 2024, com a publicação da REN nº 1.085/2024, foi instituído o Sistema de Medição de Indisponibilidade (“SMI”). Esse sistema medirá a vazão vertida, permitindo diferenciar quando a usina não gera por falta de água (risco hidrológico) ou por falha de equipamento, principal discordância dos agentes e motivação central do processo judicial da ABRAGEL representando suas associadas.

Essa regulamentação e a instalação do SMI atenderá às demandas do setor, corrigindo a lacuna regulatória e possibilitará a proposição de metodologia de revisões de garantia físicas mais justas para PCHs e CGHs.

Considerando que os dados do SMI serão utilizados, no melhor cenário, a partir de março/2025 e continua vigente a Portaria MME nº 376/2015, que suspendeu a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física até que seja proposta uma nova metodologia que atenda as usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente, a Companhia entende que favorece a discussão técnica o que justifica a baixa executada em 2024 dos saldos provisionados referentes à essa discussão no montante de R$ 126.821.

(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado	
	2024	**2023**
Consumidores e concessionárias	2.595	8.478
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	21.505	22.475
EPE / FNDCT (*)	1.139	1.312
Folha de pagamento	4.193	3.935
Participação nos lucros	20.950	21.178
Passivo de arrendamento	77.787	76.877
Taxas regulamentares	70.119	69.205
Outros	91.703	73.844
Total	**289.990**	**277.303**
Circulante	**185.040**	**174.070**
Não Circulante	**104.950**	**103.233**

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Participação nos lucros: Refere-se principalmente ao seguinte: i) em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

Passivo de arrendamento: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo passivo de arrendamento no Consolidado é de R$77.787 (R$ 76.877 em 2023). A taxa anual média ponderada de empréstimos aplicada em 2024 no Consolidado foi de 21,96% (14,6% em 2023), com vencimento médio ponderado de 90 meses.

Taxas regulamentares: representam encargos sobre a receita, cujos custos gerenciáveis suportados pelas concessionárias, instituídos legalmente, cujo repasse aos clientes é decorrente da garantia do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 225.137.769 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

Notas Explicativas

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2024, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida do Grupo alcançou 2,07 vezes o EBITDA em 2024 (1,87 vezes em 2023), no critério de medição dos covenants financeiros do Grupo, ligeiramente maior do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice igual ou abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, o Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 972.729 (R$ 1.322.783 em 31 de dezembro de 2023), representado por 225.137.769.366 (225.137.769.366 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

24.2 Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 106.520, que compreende: i) R$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R$ 72.555, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R$ 1.378 referente ao pagamento de minoritários

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

24.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.424.958 (R$ 1.654.163 em 2023), que compreende: i) Reserva Legal de R$ 194.546 (R$ 337.143 em 2023); ii) Reserva de lucros a realizar de R$ 452.230 (R$ 455.464 em 2023) e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro de R$ 778.183 (R$ 861.556 em 2023).

24.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

(i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído ("*deemed cost*") à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 116.756 (R$ 121.227 em 2023);

(ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R$ 21.248 (R$ 23.010 em 2023), líquido de imposto de renda e contribuição social, corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2).

24.5 Dividendo e Juros sobre capital próprio ("JCP")

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2024 foi aprovada a declaração de dividendo adicional proposto de R$ 1.039.268 referente ao exercício de 2023.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2024:

- Juros sobre capital próprio no montante de R$ 69.415 (R$ 59.003 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, aprovados em (i) AGE de 28 de março de 2024 o montante de R$ 24.000; (ii) AGE de 28 de junho de 2024 o montante de R$ 20.000 e (iii) AGE de 30 de setembro de 2024 o montante de R$ 25.415.

- Dividendo adicional proposto no montante de R$ 1.014.713 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 275.226, que serão deliberados na AGO de abril de 2025.

24.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	**1.336.916**
Realização do resultado abrangente	6.128
Realização de reserva de lucros a realizar	3.234
Efeito Incorporação e Cisão	13.076
Lucro líquido base para destinação	**1.359.354**
Juros sobre o capital próprio	(69.415)
Dividendos mínimos obrigatórios	(275.226)
Dividendos adicionais propostos	(1.014.713)

(25) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado por ação em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi baseado no lucro líquido dos períodos atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.336.716	1.171.358
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	225.137.769.366	225.137.769.366
Lucro por ação	**0,006**	**0,005**

(26) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Receita de operações com energia elétrica	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	586.781	901.383
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	285.502	336.910	4.695.071	4.475.003
Energia elétrica de curto prazo	16.802	302	148.687	77.810
Suprimento de energia elétrica	**302.304**	**337.312**	**5.430.539**	**5.454.197**
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	6.878	36.971
Outras receitas e rendas	27.622	(6.716)	70.868	123.254
Outras receitas operacionais	**27.622**	**(6.716)**	**77.746**	**160.225**
Total da receita operacional bruta	**329.926**	**330.497**	**5.508.285**	**5.614.423**
Deduções da receita operacional				
ICMS	-	-	(910)	(728)
PIS	(5.277)	(5.450)	(70.373)	(70.919)
COFINS	(24.309)	(25.104)	(322.772)	(326.643)
ISS	(564)	(560)	(564)	(569)
Reserva global de reversão (RGR)	-	-	232	(49)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	(11.491)	(12.393)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(42.845)	(39.756)
Outros	-	-	(14.040)	(13.727)
	(30.150)	**(31.114)**	**(462.762)**	**(464.785)**
Receita operacional líquida	**299.777**	**299.382**	**5.045.523**	**5.149.638**

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica (em GWh)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	2.514	2.731
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	636	977	7.165	11.199
Energia elétrica de curto prazo	90	4	987	906
Suprimento de energia elétrica	**726**	**981**	**10.666**	**14.836**

(27) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda				
Energia de curto prazo	(522)	(1.923)	(129.157)	(89.510)
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(52.743)	(56.486)	(293.440)	(212.436)
Crédito de PIS e COFINS	4.479	5.399	25.460	13.337
	(48.786)	**(53.010)**	**(397.137)**	**(288.610)**
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	(210.622)	(212.824)
Encargos de conexão	-	-	(16.406)	(17.150)
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	(39.131)	(43.523)
Encargos de serviço do sistema – ESS	-	-	337	(9)
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	(41)	(79)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	14.555	14.441
	-	**-**	**(251.307)**	**(259.144)**
Total dos custos com energia elétrica	**(48.786)**	**(53.010)**	**(648.444)**	**(547.754)**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Energia de curto prazo	15	31	1.403	1.103
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	743	977	2.777	3.088
Total dos custos com energia elétrica	**758**	**1.008**	**4.180**	**4.191**

Notas Explicativas

(28) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
					Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(7.225)	(9.925)	(61)	(3)	(5.742)	(8.654)	-	-	(13.028)	(18.597)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215
Material	(1)	-	-	-	(315)	(278)	-	-	(316)	(278)
Serviços de terceiros	(574)	(252)	-	-	(8.995)	(6.104)	-	-	(9.569)	(6.356)
Outros	(619)	(610)	(4)	(5)	(691)	(1.084)	(122)	(27.977)	(1.436)	(29.677)
Taxa de arrecadação	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)	-
Arrendamentos e aluguéis	(571)	(588)	-	-	(304)	(598)	-	-	(875)	(1.186)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	(22)	(41)	-	-	(22)	(41)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	(62)	-	-	-	(62)
Outros	(48)	(22)	(2)	(5)	(365)	(384)	(122)	(27.977)	(537)	(28.388)
Total	**(8.419)**	**(10.587)**	**(65)**	**(8)**	**(15.743)**	**(16.121)**	**(122)**	**(27.977)**	**(24.349)**	**(54.693)**

Notas Explicativas

	Consolidado											
					Despesas Operacionais							
	Custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(89.324)	(90.409)	-	-	61	(45)	(81.984)	(81.255)	-	-	(171.247)	(171.707)
Entidade de previdência privada	(1.819)	(2.441)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.819)	(2.441)
Material	(39.050)	(41.608)	-	-	-	-	(4.731)	(6.245)	-	-	(43.781)	(47.853)
Serviços de terceiros	(218.882)	(160.410)	-	-	-	-	(108.103)	(136.137)	-	-	(326.985)	(296.547)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(6.216)	(69.704)	-	-	-	-	-	-	(6.216)	(69.704)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	56.022	(334.193)	56.022	(334.193)
Outros	(70.427)	(75.950)	-	-	(2)	(8)	(61.967)	(61.615)	(142.493)	283	(274.889)	(137.290)
Arrendamentos e aluguéis	(33.555)	(30.270)	-	-	-	-	-	(1.685)	-	-	(33.555)	(31.955)
Publicidade e propaganda	(12)	(2)	-	-	-	-	(2.653)	(3.111)	-	-	(2.665)	(3.113)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	(48.960)	(50.347)	-	-	(48.960)	(50.347)
Perda(ganho) na alienação, desativação e	-	-	-	-	-	-	-	-	(141.670)	942	(141.670)	(942)
Amortização de prêmio pago (GSF)	(23.213)	(21.480)	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.213)	(21.480)
Outros	(13.647)	(24.198)	-	-	(2)	(8)	(10.354)	(6.472)	(823)	(659)	(24.826)	(31.337)
Total	**(419.502)**	**(370.815)**	**(6.216)**	**(69.704)**	**59**	**(54)**	**(256.785)**	**(285.252)**	**(86.471)**	**(333.910)**	**(768.915)**	**(1.059.735)**

Notas Explicativas

(29) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	12.172	32.560	120.781	197.668
Atualizações monetárias, juros e multas	931	2.670	3.828	5.103
Atualização de Créditos Fiscais	1.701	-	69.119	-
Atualização de depósitos judiciais	214	-	8.580	8.657
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(703)	(1.680)	(5.104)	(5.267)
Receita decorrente de liquidações CCEE	-	2	-	-
Outros	93	893	16.678	15.406
	14.408	**34.445**	**213.883**	**221.566**
Despesas				
Encargos de dívidas	(55.950)	(107.593)	(135.133)	(172.431)
Atualizações monetárias e cambiais	(19.727)	(75.329)	(33.637)	(123.943)
Uso do Bem Público – UBP	-	-	(27.260)	(10.852)
Juros sobre contratos de mútuo	-	-	(268.688)	(354.625)
Outros	(4.618)	(6.556)	(66.585)	(128.422)
	(80.295)	**(189.478)**	**(531.303)**	**(790.273)**
Resultado financeiro	**(65.887)**	**(155.033)**	**(317.420)**	**(568.707)**

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2024 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Participações S.A. (“SGBP”)

  Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

  Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas em mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

b) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

Notas Explicativas

c) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

d) **Mútuos –** (i) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R$ 2.104.917 (R$ 2.639.042 em 2023), refere-se substancialmente ao mútuo entre a controlada CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power - SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à VIVEST, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1), foi de R$ 2.507 (R$ 7.614 em 2023). Este valor é composto por R$ 2.346 (R$ 6.513 em 2023) referente a benefícios de curto prazo e R$ 17 (R$ 130 em 2023) de benefícios pós-emprego e por outros benefícios de longo prazo R$ 144 (R$ 971 em 2023), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Notas Explicativas

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/ Custo	
Empresas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.831	3.455	836	640	-	-	16.212	28.260
Arendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	7	-	-	564	957
Adiantamentos de Clientes								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	14.190	60.585	-	-	-	-
Contratos de mútuos								
State Grid Brazil	-	-	2.104.917	2.639.042	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	115.809	53.096	-	-	2.125	2.284
Dividendos e juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	375.207	-	-	-	-
Imobilizado, materiais e prestação de serviços								
Entidades sob o controle comum	-	-	5.894	5.262	5.629	5.238	11.649	11.501
Entidades sob o controle da CPFL Energia	39.435	1.120	5.764	7.674	-	-	28.509	30.349
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob controle comum	21	-	-	-	330	398	13.179	14.967
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	108.299	-	266	1.322.299	1.295.071	-	-

Notas Explicativas

(31) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramos da apólice*	2024	2023
Ativo imobilizado	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	5.077.000	4.352.000
Transporte	Transporte nacional	84.422	84.422
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	431.472	390.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	187.391	-
Garantia	Seguro garantia	1.705.943	1.525.067
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	1.500.000	1.200.000
Total		**8.986.228**	**7.552.163**

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(32) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo CPFL compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los.

Notas Explicativas

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
  a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
  b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
  c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 33. Adicionalmente as controladas da Companhia estão expostas em suas atividades operacionais, à variação

Notas Explicativas

cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 33.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.
Em 2024, observou-se uma hidrologia desfavorável, especialmente na região sudeste/centro-oeste, com ocorrência de eventos extremos pontuais (cheias no Rio Grande do Sul e grandes períodos secos na região Norte do país). Contudo, devido à diversificação da matriz energética brasileira e grande participação de fontes renováveis, os principais reservatórios iniciaram 2025 em níveis confortáveis para geração de energia elétrica.

Risco de aceleração de dívidas: A companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros
A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.
As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market, Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Notas Explicativas

(33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

				Controladora		Consolidado	
				2024		2024	
	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	100.192	100.192	526.099	526.099
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	94	94	343.512	343.512
Derivativos	33	(a)	Nível 2	-	-	18.386	18.386
Total				**100.286**	**100.286**	**887.997**	**887.997**
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (***)	15	(b)	Nível 2	-	-	645.707	648.521
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	-	-	57.833	57.833
Debêntures - principal e encargos (***)	16	(b)	Nível 2	484.065	484.065	800.729	800.729
Derivativos	33	(a)	Nível 2	-	-	7.695	7.695
Total				**484.065**	**484.065**	**1.511.964**	**1.514.778**

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo
(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R$ 2.874 em 31 de dezembro de 2024 (perda de R$ 31.609 em 31 de dezembro de 2023).
(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Categoria/ Mensuração:
(a) Valor justo contra o resultado
(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados e, (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

	Consolidado								
	Valores de mercado (contábil)								
Estratégia	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	18.386	-	18.386	16.806	1.581	US$ +2,07%	CDI + 0,8%	45.689	40.000
Total	**18.386**	**-**	**18.386**	**16.806**	**1.581**				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	-	(7.695)	(7.695)	2.126	(9.820)	IPCA+5,81%	CDI+0,30%	11.383	132.000
Total	**-**	**(7.695)**	**(7.695)**	**2.126**	**(9.820)**				
Total	**18.386**	**(7.695)**	**10.691**	**18.931**	**(8.240)**				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15.

(1) Os valores a custo representam o saldo d/o derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2024
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	(9.834)	10.542	17.741	18.449
Outros (*zero cost collar*)	23.607	(23.607)	-	-
Marcação a mercado (*)	31.569	(39.327)	-	(7.758)
Total	**45.342**	**(52.392)**	**17.742**	**10.691**

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	(5.353)	(155.109)	150.627	(9.834)
Outros (*zero cost collar*)	-	23.607	-	23.607
Marcação a mercado (*)	(57.628)	89.197	-	31.569
Total	**(62.981)**	**(42.305)**	**150.627**	**45.342**

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2024 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R$ 39.327 (ganho de R$ 89.197 em 31 de dezembro de 2023), para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R$ 23.607 (ganho de R$ 23.607 em 31 de dezembro de 2023) para outros derivativos (*zero cost collar* e termo de mercadoria).

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (perda) no resultado	
Risco protegido - operação	**2024**	**2023**
Variação de taxas de juros	1.406	(12.118)
Variação cambial	(20.701)	89.197
Marcação a mercado	12.176	(119.384)
Total	**(7.119)**	**(42.305)**

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros

Notas Explicativas

(inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

	Consolidado				
			Receita (despesa)		
Instrumentos	**Exposição (a)**	**Risco**	**Depreciação cambial (b)**	**Apreciação cambial de 25% (c)**	**Apreciação cambial de 50% (c)**
Instrumentos financeiros passivos	(57.833)		(5.368)	10.432	26.233
Derivativos – *swap plain vanilla*	57.872		5.371	(10.440)	(26.251)
Total	**39**	**Baixa dólar**	**3**	**(8)**	**(18)**
Efeitos no resultado do exercício	**39**		**3**	**(8)**	**(18)**

(a) A taxa de câmbio considerada em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 6,19 para o dólar.
(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R$6,77, R$7,15 e R$ 0,04 e a depreciação cambial de 25% a 50%, referente ao dólar em 31 de dezembro de 2024.
(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Notas Explicativas

	Consolidado						
					Receita (despesa)		
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa no exercício**	**Taxa cenário provável (a)**	**Cenário provável**	**Elevação/ Redução de índice em 25% (b)**	**Elevação/ Redução de índice em 50% (b)**
Instrumentos financeiros ativos	888.141				136.862	171.078	205.294
Instrumentos financeiros passivos	(2.897.072)				(446.439)	(558.048)	(669.658)
Derivativos – *swap plain vanilla*	(179.465)				(27.656)	(34.569)	(41.483)
	(2.188.396)	alta CDI	12,15%	15,41%	**(337.233)**	**(421.539)**	**(505.847)**
Instrumentos financeiros passivos	(199.167)				(14.659)	(18.323)	(21.988)
	(199.167)	alta IGPM	6,54%	7,36%	**(14.659)**	**(18.323)**	**(21.988)**
Instrumentos financeiros passivos	(288.399)				(22.985)	(28.732)	(34.478)
	(288.399)	alta TJLP	7,43%	7,97%	**(22.985)**	**(28.732)**	**(34.478)**
Instrumentos financeiros passivos	(485.644)				(40.940)	(51.175)	(61.410)
Derivativos – *swap plain vanilla*	132.284				11.152	13.939	16.727
	(353.360)	alta IPCA	4,83%	8,43%	**(29.788)**	**(37.236)**	**(44.683)**
Total	**(3.029.322)**				**(404.665)**	**(505.830)**	**(606.996)**
Efeitos no resultado do exercício					**(404.665)**	**(505.830)**	**(606.996)**

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Notas Explicativas

Caixa, equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 33). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

		Consolidado						
31/12/2024	**Nota explicativa**	**Menos de 1 mês**	**1 - 3 meses**	**3 meses a 1 ano**	**1 - 3 anos**	**4 – 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	15	204.398	62.108	18.850	20.075	-	-	305.431
Empréstimos e financiamentos – principal encargos	16	7.736	127.612	49.691	142.414	106.320	269.767	703.540
Derivativos		-	7.695	-	-	-	-	7.695
Debêntures – principal e encargos	17	-	15.663	51.448	101.314	90.176	538.822	797.423
Taxas regulamentares		64.596	-	-	-	-	-	64.596
Outros	23	51	-	-	-	-	-	51
Consumidores e concessionárias		51	-	-	-	-	-	51
EPE / FNDCT		-	-	-	-	-	-	-
Total		**276.781**	**213.078**	**119.989**	**263.803**	**196.496**	**808.589**	**1.878.736**

Notas Explicativas

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Controladas

Obrigações contratuais (Controladas)	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 Anos	4 – 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	36 anos	155.839	355.364	378.143	7.252.526	8.141.872
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico	23 anos	13.430	26.942	21.990	143.949	206.311
Projetos de construção de usina	15 anos	30.117	22.465	22.465	56.162	131.208
Fornecedores de materiais e serviços	7 anos	84.291	225.685	141.449	108.649	560.074
Total		**283.677**	**630.456**	**564.047**	**7.561.286**	**9.039.465**

Empreendimentos controlados em conjunto

Obrigações contratuais	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	4 – 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	12 anos	91.049	133.459	143.109	1.018.597	1.386.215
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico	12 anos	69.597	136.452	69.637	237.610	513.297
Projetos de construção de usina	3 anos	9.170	2.239	-	-	11.409
Fornecedores de materiais e serviços	5 anos	8.049	8.756	9.292	-	26.097
Total		**177.865**	**280.907**	**222.038**	**1.256.207**	**1.937.018**

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PEREIRA
Vice-presidente

FUTAO HUANG
Conselheiro

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

ZHANGYAN FU
Diretor Financeiro Adjunto e de Relações com Investidores

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JÚNIOR
Diretor de Operações e de Engenharia Interino

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R$ 9.173.215 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a administração avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido impairment. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável.

Para o ano de 2024, a administração identificou indicativos relacionados a cenários desfavoráveis para os negócios de algumas Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), o que gerou uma mudança na projeção de geração de caixa destes ativos, estimada em anos anteriores. O valor recuperável dessas UGCs foi calculado com base no valor em uso de cada unidade geradora de caixa, utilizando premissas do orçamento plurianual e informações de mercado disponíveis para a Companhia, não sendo identificadas perdas por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras. Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de impairment, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em

anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.
Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes comas informações e dados obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de Fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2024;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2024.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
Financial Services Manager
CRC 1SP 321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Zhangyan Fu
Diretor Financeiro Adjunto e de Relações com Investidores
Deputy Financial Officer and Investor Relations Officer
CPF: 239.866.048-43

Xinjian Chen
Diretor Presidente
President
CPF: 239.885.728-02

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2024;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2024.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
Financial Services Manager
CRC 1SP 321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Zhangyan Fu
Diretor Financeiro Adjunto e de Relações com Investidores
Deputy Financial Officer and Investor Relations Officer
CPF: 239.866.048-43

Xinjian Chen
Diretor Presidente
President
CPF: 239.885.728-02